

PB

PROBLEMAS BRASILEIROS

ANO 56
ABR/MAI 2019

#451

EDUCAÇÃO SEXUAL
É TABU NAS ESCOLAS

MANDATOS COLETIVOS:
INOVAÇÃO NA POLÍTICA

ENTREVISTA

Leandro Karnal

"Se não publiquei ou não
fotografei, não existiu."

POR JORGE CALDEIRA

**O legado de
Monteiro Lobato**

Obra do escritor entra
em domínio público

**Cidades
inteligentes**
COMO A TECNOLOGIA PODE
MELHORAR A GESTÃO PÚBLICA

R\$12,90



3º FÓRUM Δ MUDANÇA DO PAPEL DO ESTADO

NOVAS IDEIAS E VISÕES PARA
O CRESCIMENTO BRASILEIRO



MAIS UM ANO SE PASSOU,
E O TEMA CONTINUA
PERTINENTE.

O canal UM BRASIL uniu forças com a Columbia Global Centers | Rio de Janeiro, a Fundação Lemann, a revista *VOTO* e o Instituto de Política Econômica (Casa das Garças) para promover o **III Fórum: A Mudança do Papel do Estado – novas ideias e visões para o crescimento brasileiro.**

Pedro Malan, José Scheinkman, Edmar Bacha, Takatoshi Ito, André Clark e Gustavo Franco se reuniram para falar sobre as políticas fiscais e monetárias do País, as prioridades do novo governo para a retomada da economia, os gargalos que atrapalham nossa produtividade e os desafios do cenário internacional.

E, agora, você tem a oportunidade de ver e ouvir, em uma série inédita e essencial, as entrevistas que foram produzidas com os seis especialistas.

Não perca. Acesse *umbrasil.com*

**UM
BRASIL**

WWW.UMBRASIL.COM

[f](#) [@CanalUMBRASIL](#)

VENCEDOR DO
**PRÊMIO ABERJE
BRASIL 2018**



PB | #451

As soluções para os problemas urbanos globais estão quase sempre ligadas ao processamento de dados. Nesse sentido, os órgãos do governo detêm infindáveis informações sobre o cotidiano da sociedade e de sua interação com os serviços públicos. De posse desses elementos, podem passar a tomar decisões acertadas e tornar os mecanismos de governança mais econômicos. Em um país marcado por engrenagens públicas dispendiosas, cabe ao Estado lançar mão de iniciativas e parcerias que viabilizem experiências mais humanas e sustentáveis, em todos os sentidos.

STEFANY ROLIM
Aluna do Senac São Paulo.

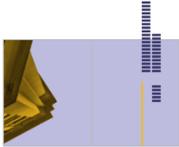
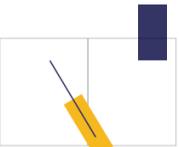
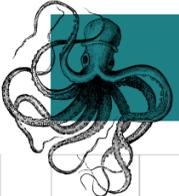
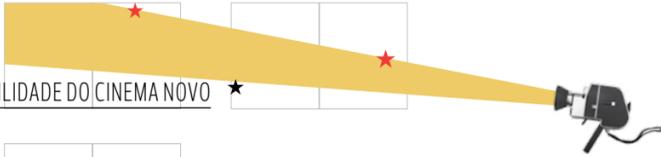
Senac. |
INVESTIR NO SEU
FUTURO CUSTA
MENOS DO QUE
VOCÊ IMAGINA.

30%
DE DESCONTO

Em todos os cursos presenciais
livres, técnicos e de idiomas.

www.sp.senac.br



	8 Capa DADOS QUE TORNAM AS CIDADES MAIS HUMANAS	
	18 Economia AS AMARRAS DO ESTADO BUROCRÁTICO	22 Entrevista LEANDRO KARNAL OPINA SOBRE LIBERDADE DE EXPRESSÃO
	28 Política COMO FUNCIONAM OS MANDATOS COLETIVOS	
33 Artigo POR HUMBERTO DANTAS E WILSON LEVY		
	36 Educação GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA VERSUS SALAS DE AULA	
40 Perfil O LEGADO DE MONTEIRO LOBATO, POR JORGE CALDEIRA		45 Artigo POR LETÍCIA PICCOLOTTO
	46 Sociedade SAÍDAS PARA OS MALES DA DEPRESSÃO	
50 Cultura A BRASILEIRIDADE DO CINEMA NOVO		
56 Artigo POR PAULO DELGADO		57 Artigo POR ANTONIO LANZANA
	58 Resenha A DIPLOMACIA CONSTRUÍDA PELO BARÃO DO RIO BRANCO	
	62 Ensaio fotográfico – parte II TURISMO SOCIAL EM BERTIOGA (SP)	66 Artigo POR MÔNICA DINIZ

MÁQUINAS EM PROL DAS PESSOAS

O antigo aparelho telefônico e o então conhecido “televisor” da década de 1950 ganharam o conceito *smart* não só por unificar várias funções em um mesmo sistema, mas também por conectar e gerar soluções eficientes no dia a dia das pessoas. Movimento similar parece acontecer com as chamadas *smart cities*, ou “cidades inteligentes”, tema de capa desta edição da **Problemas Brasileiros**. No Brasil, como veremos na reportagem, alguns municípios começaram a investir recursos e firmar parcerias para viabilizar ferramentas que otimizem a prestação de serviços à sociedade. Vemos exemplos profícuos em segurança pública, na gestão de resíduos, no controle de doenças, entre outras frentes.

Caminhamos, no entanto, em um estágio experimental. Isso porque o País ainda carece de condições que nos permitam vislumbrar um avanço expressivo na resolução de problemas que, entra ano, sai ano, aparecem na lista dos gargalos nacionais, como o saneamento básico e a zeladoria urbana. Uma saída seria testar essas novas tecnologias em locais menores, porém, com serviços mais precários. E, a partir daí, aplicá-las em maior escala. Aceitar mais participação do setor privado é outra urgência do Estado brasileiro. Nessa discussão, não é diferente.

Nesta edição falamos também sobre os impactos negativos da excessiva intervenção do Estado na economia e da pesada carga tributária brasileira. Esperamos que os esforços do governo recém-empossado se revertam em amplas reformas estruturais e na redução dos gastos públicos. Na esfera política, outro assunto abordado são os mandatos coletivos. Buscamos entender como funciona essa modalidade inovadora de representação, seus conflitos com a lei eleitoral e como atuam esses eleitos nas casas legislativas Brasil a fora.

Entre os temas de destaque, a revista mostra ainda a realidade de adolescentes que deixam a sala de aula para cuidar de seus filhos. Elas trocam o ensino pelos compromissos da maternidade. Mais do que o reflexo da falta de educação sexual nas escolas, trata-se de um fenômeno de afirmação social em suas comunidades, como mostra o texto. São muitos aspectos implícitos. Por essa razão, tal desafio requer uma ação integrada de políticas públicas.

Neste número, oferecemos ainda artigos que repercutem fatos socioeconômicos da atualidade e conteúdos que nos fazem refletir a realidade de uma nação que deseja subir degraus importantes em algumas áreas, mas ainda não superou antigos desafios por gestão ineficiente.

ABRAM SZAJMAN,
presidente da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP), entidade gestora do Sesc-SP e do Senac-SP

INTELIGÊNCIA URBANA

O que seriam das megacidades, e de seus administradores, sem o admirável mundo novo da tecnologia? Dinossauros de passos lentos, surdos-mudos, sem interlocução com os seus habitantes, incapazes de aproximar a cabeça da cauda – isto é, organismos não funcionais e fadados à autodestruição.

texto MARLEINE COHEN | ilustração PAULA SECO

M

Mas eis que, em determinado momento da evolução da humanidade, a acelerada urbanização global incorporou novas habilidades, tão céleres quanto ela: a capacidade de gerar e transmitir dados. Assim, a inteligência se impôs no meio urbano, e as *smart cities* surgiram.

De braços abertos para a indústria 4.0, a Internet das Coisas (IoT) – uma das tecnologias que integram a chamada “Quarta Revolução Industrial”, que possibilita a fusão dos mundos físico, digital e biológico –, essas cidades inteligentes primam pela organização, eficiência, sustentabilidade e qualidade de vida dos moradores, incorporando ferramentas tecnológicas capazes de produzir informações e analisar e inter-relacionar dados para, assim, entregar serviços mais eficientes. Também apostam em uma gestão administrativa compartilhada, na qual os cidadãos tenham voz e vez.

Em todo o mundo, lugares como Nova York, nos Estados Unidos, onde existe uma plataforma interativa que converteu 10 mil telefones públicos antigos em 8,4 mil pontos de Wi-Fi para fornecer acesso à internet a todos os moradores; Barcelona, na Espanha, onde a IoT foi acoplada por meio de sensores inteligentes a estacionamentos, coleta de lixo, gerenciamento da qualidade do ar e da irrigação de terrenos; Medellín, na Colômbia; Thisted, na Dinamarca; e Singapura, na Ásia, que apresentam notáveis soluções

para os problemas crônicos ou mais prementes.

E no Brasil? Sim, nós também temos *smart cities*! Ou, pelo menos, alguns embriões. Exemplos? Nos idos de 2010, na região metropolitana de Porto Alegre (RS), o município de Canoas decidiu enfrentar os elevados índices de homicídio instalando sensores de identificação de ruídos de alerta, como disparos de armas de fogo, que acionam automaticamente a Central Integrada de Monitoramento do Gabinete de Gestão Integrada Municipal. Resultado: graças à iniciativa, inaugurada pelo então ministro da Justiça Luiz Paulo Barreto, o equipamento, importado dos Estados Unidos e inédito no Brasil, permitiu detectar, já nos primeiros dias de operação, 215 ruídos, entre os quais 36 identificados como disparos de arma de fogo. Sem citar números, a Secretaria Municipal da Segurança Pública e Cidadania (SMSPC) calcula que houve “um retorno positivo às ações programadas”.

Decisão similar adotou o distrito de Niterói (RJ), onde uma parceria entre o 12º Batalhão de Polícia Militar, a Associação dos Permissãoários dos Quiosques de Niterói (APQN) e a ONG Viver Bem deve permitir dotar toda a orla de uma rede de segurança interligada e baseada em imagens de câmeras de alta definição em 2019.

Ainda em matéria de segurança pública, o Ministério Público do Amapá (MP-AP) desenvolveu, em parceria com a Prefeitura Municipal de

Macapá, uma ferramenta que pretende ajudar as mulheres na luta contra a violência doméstica. Lançado em meados de 2018, o aplicativo SOS Mulher, que pode ser baixado gratuitamente em smartphones, permite à usuária cadastrar até cinco nomes de sua confiança; eles são notificados toda vez que o “botão do pânico” for acionado. Em casos de emergência, também são enviadas mensagens de socorro aos contatos registrados com a exata localização da vítima. A violência doméstica na capital amapaense provocou o registro de mais de 2 mil ocorrências em 2017 e aproximadamente 1,5 mil casos no primeiro semestre de 2018.

Em Itu, no interior de São Paulo, o foco é a coleta de lixo seletiva por meio de uma parceria público-privada (PPP) firmada em 2011 e vigente até 2041. Com cem por cento da área urbana contemplada por esse modelo ambientalmente adequado desde 2016, a gestão municipal implantou um sistema inteligente de ação, distribuindo pela cidade 3,3 mil contêineres dotados de sensores que avisam quando estão chegando ao limite. Graças a esse equipamento, os gestores também conseguem mapear os locais de maior geração de lixo e monitorar os conteúdos que precisam de reparos ou substituição.

Em Boa Vista (RR), a administração pública decidiu combater o mosquito *Aedes aegypti*, que transmite dengue e zica, por meio de um software livre. A tecnologia também é a bola da vez. Desenvolvida pelo Instituto TIM, a plataforma Zeladoria Urbana Participativa (ZUP) entrou em funcionamento em dezembro de 2015 e é o novo dispositivo que os agentes de saúde do município têm usado para mapear focos do vetor, eliminá-los e fazer o cadastramento das casas vulneráveis, cruzando informações em tempo real. O monitoramento online dos locais de infestação cadastrados e das subsequentes ações das autoridades competentes permite gerar um mapa georreferenciado dos resultados obtidos e planejar novas iniciativas.

No quesito “mobilidade urbana”, no fim de 2014, a cidade turística de Águas de São Pedro (SP), por sua vez, implantou sensores ópticos nas ruas com a finalidade de checar a disponibilidade de vagas em estacionamentos por meio de um aplicativo que o motorista instala no celular ou tablet.

AINDA ESTAMOS EM UM ESTÁGIO DE AMADURECER O PROCESSO DE INTELIGÊNCIA DAS CIDADES. NÃO BASTA COLETAR APENAS DADOS, ESSAS INFORMAÇÕES PRECISAM SER INTERPRETADAS PARA ANTECIPAR PROBLEMAS

Na esfera da educação, o combate à evasão escolar – que, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) 2015, contabiliza mais de 2,8 milhões de crianças fora da escola – ganhou reforço da tecnologia a partir de 2016 em oito municípios: Campina Grande (PB), Anápolis (GO), Itaúna (MG), Tabuleiro do Norte (CE), Serriinha (BA), Bujari (AC), Vilhena (RO) e São Bernardo do Campo (SP). A Busca Ativa Escolar é uma iniciativa do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) em parceria com Instituto TIM, União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) e Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social (Congemas). Atuando como metodologia social e ferramenta tecnológica, ajuda a identificar, registrar, controlar e acompanhar crianças e adolescentes que estão fora da escola ou em risco de evasão.

O processo começa com um alerta sobre o aluno que esteja fora da escola. Ao encontrar um desses meninos e meninas, o agente comunitário envia o sinal por meio de SMS, aplicativo e site. A partir daí, um grupo intersetorial de profissionais inicia uma série de ações, que vão desde conversar com a família, para entender as causas da exclusão, até encaminhar o caso para as áreas responsáveis por garantir a (re)matrícula. Assim, o estudante é reinserido em sala de aula, recebendo acompanhamento durante todo o ano letivo.

UMA REVOLUÇÃO EM ETAPAS

Todos esses *gadgets* desenvolvidos por empresas de tecnologia e startups que gravitam em torno da indústria 4.0 já representam, por si só, uma substancial transformação. Facilitam a vida de milhares de pessoas, além de flertar com a inovação e gerar empregos. Para fornecer subsídios para assentar as bases do Plano Nacional de IoT, que deve estabelecer políticas públicas nacionais para essa tecnologia entre 2018 e 2022, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) publicou, em 2017, o estudo “Internet das Coisas: um plano de ação para o Brasil”. Segundo essa análise, a aplicação, no Brasil, de processos mais racionais em gestão pública, segurança, transporte, monitoramento de tráfego e eficiência energética geraria economia de US\$ 27 bilhões até 2025.

De fato, um levantamento de 2014 da Organização das Nações Unidas (ONU) aponta que, pela primeira vez na história, mais da metade da população do planeta (54,6%, ou 3,6 bilhões de pessoas) já vive em áreas urbanas, e isso não é diferente no Brasil. Projetado para o futuro, o mesmo estudo indica que, em 2050, perto de 6 bilhões de pessoas estarão morando em cidades (70%) – 64,1% nos países em desenvolvimento e 85,9% nos desenvolvidos.

Suprir transporte, educação, saúde, segurança, saneamento e um sem-número de outros serviços públicos a tanta gente, mantendo um olho em sustentabilidade e outro em eficiência, é o grande desafio que se coloca para a gestão municipal.

Para fazer frente às demandas que essas metrópoles densamente povoadas impõem cada vez mais, o conceito de *smart city* avança sem risco de voltar atrás. Mas, atenção: criar e ofertar plataformas digitais que permitam coletar dados é apenas o primeiro passo dessa revolução. Como define um documento da assessoria técnica da Fundação Getulio Vargas (FGV), responsável pela aplicação do conhecimento acadêmico em organizações públicas, empresariais e do terceiro setor para o desenvolvimento de projetos nas áreas de economia e finanças, gestão e administração e políticas públicas, uma cidade

realmente inteligente é aquela onde há “sistemas de pessoas interagindo e usando energia, materiais, serviços e financiamento para catalisar o desenvolvimento econômico e a melhoria da qualidade de vida”.

ADERÊNCIA E CAPILARIDADE

Para a Urban Systems, empresa que atua na área de inteligência de mercado e consultoria, responsável pelo ranking anual das cem cidades mais inteligentes e conectadas do Brasil [ver lista na pág 13], existe uma premissa que antecede o uso dessa tecnologia de ponta: “A indústria cria soluções digitais; as prefeituras recebem e geram recursos financeiros; a informação é um propulsor que retroalimenta a inovação e, assim a revolução tecnológica mantém seu curso, mas quem oferece qualidade de vida é a cidadania, assim como cabe à cidade se tornar inclusiva. Para isso, além de banda larga 5G, fibra ótica e, claro, softwares inovadores, é necessário haver pensamento cooperativo de um lado e gestão pública empreendedora de outro”, explica o CEO da companhia, Thomaz Assumpção.

Para mapear “princípios estruturantes de uma cidade inteligente”, a Urban Systems desenvolveu e está aplicando o diagnóstico Cidade 20/50, que mede em nível municipal o grau de aderência a preceitos do *be smart* (ser inteligente) em diferentes áreas, como saúde, educação, mobilidade urbana e meio ambiente, entre outras.

A radiografia de São João da Boa Vista, cidade localizada na região centro-leste do Estado de São Paulo, é um caso que ilustra como o desenvolvimento urbano pode ser guiado à luz desses fundamentos. Durante o diagnóstico, tudo passa pelo crivo de uma avaliação técnica, muito além dos planos da prefeitura e de consultas populares: quais as limitações da rede de transporte municipal e para onde aponta o crescimento da cidade que demandará, no futuro, maior ou menor cobertura viária; qual o número de leitos em hospitais públicos e as taxas de crescimento das populações infantil e idosa e quanto o município está preparado para prestar serviços de saúde específicos à terceira idade; qual o nível

NO CEARÁ, UM BERÇO ESPLÊNDIDO

Há cidades que se tornam inteligentes com o tempo e há outras que já nascem *smart*. É o caso da primeira cidade planejada brasileira, a *smart city* Laguna, empreendimento privado ítalo-brasileiro orçado em US\$ 50 bilhões, erguido em 2017 no distrito de Croatá, em São Gonçalo do Amarante, no Ceará.

Imagine uma área de 3,3 mil metros quadrados, o suficiente para abrigar 25 mil pessoas, dividida em lotes residenciais, comerciais e industriais estrategicamente interligados de maneira a facilitar os deslocamentos diários e incentivar a vida comunitária e o compartilhamento. O empreendimento já vendeu 2 mil lotes, ou cerca de 30% da sua capacidade total (dados de janeiro de 2018). Ao todo, são 7.065 lotes.

Nas ruas, corredores verdes e ciclovias levando a qualquer ponto, além de hortas comunitárias. Ao lado disso, como se espera de uma cidade inteligente, sensores e medidores estão presentes em quase tudo: nos postes de luz, nas lixeiras e até mesmo nos serviços públicos, estampando gastos e economias gerados por meio das rotinas automatizadas. As tubulações e as ligações de energia são feitas de forma subterrânea, e a iluminação da cidade é feita por meio de lâmpadas de LED, que usam até 80% menos energia que as incandescentes.

Na *smart city* Laguna, a água da chuva é reaproveitada; a qualidade do ar, monitorada; e há Wi-Fi gratuito para todos. Até janeiro de 2018, o empreendimento havia vendido 2 mil lotes, ou cerca de 30% dos 7.065 disponíveis. A estrutura da cidade contempla atender 25 mil habitantes. Toda a vida na cidade é regida por um aplicativo que tem funções tão distintas quanto fornecer informações detalhadas sobre as despesas de cada residência ou negócio, disponibilizar um botão de emergência para acionar o sistema de saúde municipal em caso de urgência ou necessidade médica e viabilizar caronas, troca de livros, empréstimo de bicicletas, compartilhamento de alimentos e oferta e procura de vagas de trabalho.

de ocupação das áreas de risco e as iniciativas de criação de cinturões verdes para freá-la; quais os comportamentos socioculturais dos jovens, suas perspectivas de futuro e grau de enraizamento na cidade; e que oportunidades de mercado ainda não foram exploradas. São essas e outras questões que permitem, segundo Assumpção, o desenvolvimento das soluções digitais necessárias para tornar uma cidade autossustentável e geradora de renda e empregos. Trata-se de uma análise que passaria a nortear as decisões da prefeitura caso ela decidisse promover ações.

Para Rafael Molina, especialista em engenharia da informação e gestor de projetos de inovação da Cittati, empresa de tecnologia para gestão pública, o ponto fora da curva das *smart cities* consiste em “estabelecer um equilíbrio entre inteligência, inovação, acessibilidade e interatividade de maneira a melhorar a vida dos cidadãos”. Em outras palavras, não basta gerar recursos de tecnologia que coletem dados, essas informações precisam ser inter-relacionadas e interpretadas para antecipar problemas e corrigi-los. “A análise e o cruzamento das bases de dados, numa infraestrutura de comunicação confiável, permitem o planejamento urbano”, explica Molina, afirmando que o Brasil ainda está no primeiro estágio de maturidade desse processo. Ele recorreu ao exemplo do aplicativo CittaMobi, implantado em mais de 70 cidades em todo o País, para mostrar como a interface entre setores pode se dar e ganhar capilaridade.

Em lugares como Guarulhos, a ferramenta permite ao usuário acompanhar, em tempo

real, o horário de chegada do ônibus e definir o trajeto otimizado para ir de um lugar a outro. Além disso, tem utilidade também para os órgãos de segurança pública, na medida em que foi dotado de uma função que aciona a polícia toda vez que um caso de assédio sexual é presenciado no coletivo.

Em Salvador (BA), as mesmas funcionalidades do aplicativo deram origem a outro produto da família Mobi – o RodoMobi, que faculta aos motoristas e cobradores o acesso a seus indicadores operacionais e de comportamento no trânsito. Outro produto similar, o Gool System, da Cittati, oferece às empresas de ônibus a possibilidade de acompanhar a pontualidade da linha, avaliar a dirigibilidade do motorista e identificar questões mecânicas.

O mesmo CittaMobi integra uma plataforma digital mais abrangente, que auxilia os gestores da capital baiana a acompanhar o trânsito em tempo real e cruzar dados operacionais para identificar gargalos na mobilidade urbana. Todos os coletivos do município têm GPS e câmeras internas, e, em lugar de uma fiscalização na base do papel e caneta, o Núcleo de Operação Assistida (NOA) atua de acordo com informações geradas pela internet 4G, enquanto o tráfego flui nas ruas, obedecendo semáforos inteligentes que abrem e fecham de acordo com o volume de carros.

Desde que foi implantado, em maio de 2015, o aplicativo já foi baixado por quase 1,1 milhão de usuários de transporte público na capital. Atualmente, há cerca de 170 mil pessoas conectadas ao sistema, que atua interligado ao Centro de Controle Operacional (CCO) da Secretaria Municipal de Mobilidade (Semob) – local onde todo o sistema de transporte de Salvador é monitorado 24 horas por dia, em tempo real, por GPS.

O secretário lembra situações nas quais a implantação do CittaMobi incrementou a interação entre usuário e prefeitura. Algumas se referem à visão dos passageiros quanto à forma de dirigir do condutor, se os coletivos estão higienizados e a qualidade da viagem.

RANKING DAS CIDADES MAIS CONECTADAS

Classificação nacional das cidades com maior potencial de desenvolvimento mediante indicadores que retratam inteligência, conexão e sustentabilidade. É composto por indicativos de 11 principais setores: mobilidade, urbanismo, meio ambiente, energia, tecnologia e inovação, economia, educação, saúde, segurança, empreendedorismo e governança.

- 1° Curitiba (PR)
- 2° São Paulo (SP)
- 3° Vitória (ES)
- 4° Campinas (SP)
- 5° Florianópolis (SC)
- 6° Rio de Janeiro (RJ)
- 7° Belo Horizonte (MG)
- 8° Porto Alegre (RS)
- 9° Santos (SP)
- 10° Niterói (RJ)

Fonte: *Urban Systems*

Uma das ações realizadas a partir dessa colaboração foi a ampliação dos abrigos de ônibus da cidade. “Somente em 2016, implantamos mais de mil unidades em toda a Salvador. Outro caso emblemático diz respeito a um motorista cuja imprudência na direção gerou 362 reclamações à Semob em 30 dias de trabalho. Por isso, a concessionária foi notificada e, como resultado, passou a investir ainda mais em reciclagem e capacitação dos condutores”, completa o titular da Semob, Fábio Mota.

No Rio de Janeiro, a base de dados sobre trânsito gerada por essa família de aplicativos serve como interface para nortear as rotas do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu) e dos Bombeiros, enquanto em São Paulo, o cruzamento dessas informações com boletins meteorológicos permite prever engarrafamentos em vários pontos de alagamento.

CIDADANIA DIGITALIZADA

Além de poder contar com um sistema de comunicação horizontal, a cidade inteligente se baseia na premissa de que “a verdadeira revolução não depende de tecnologia, mas de comportamento”, sustenta o professor Ricardo Engelbert, do Iese Business School, para quem conectividade e interatividade andam juntas.

Na Região dos Lagos, no Rio de Janeiro, o balneário de Búzios tornou-se uma das primeiras cidades brasileiras a abrigar o novo modelo de gestão energética cujo núcleo de transformação é o próprio morador da cidade. Com aporte inicial de cerca de R\$ 40 milhões, o município lançou em 2012 o projeto Cidade Inteligente Búzios, a cargo da Endesa, *holding* que atua nas áreas de distribuição, geração, conversão e transmissão de energia elétrica.

A primeira etapa do projeto, bem-sucedida, incluía a instalação de *smart grids*, isto é, a opção pelo uso combinado de tecnologias que agregam informações de telecomunicações e dados digitais à rede elétrica convencional. As soluções adotadas incluíam automação, medidores



ESTUDO DO BNDES MOSTRA QUE A APLICAÇÃO DE PROCESSOS MAIS RACIONAIS EM GESTÃO PÚBLICA, SEGURANÇA, TRANSPORTE, MONITORAMENTO DE TRÁFEGO E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA GERARIA ECONOMIA DE US\$ 27 BILHÕES ATÉ 2025 NO BRASIL

inteligentes domiciliares e sensores que permitem coleta remota e análise em tempo real de grande quantidade de informações, de forma que a distribuidora e os próprios consumidores pudessem monitorar o consumo de energia. O experimento transformou o balneário carioca em um laboratório vivo cuja meta era reduzir os custos da rede pública e doméstica e incluir fontes energéticas alternativas.

Na segunda etapa, já em curso, Búzios investiu em iluminação pública eficiente e instalou luminárias LED integradas à rede inteligente e aos pontos de luz telecomandados, o que permitiu reduzir o consumo em 60%. Com as redes inteligentes, a iluminação pública das cidades pode ser gerenciada de forma mais eficiente. É possível, por exemplo, regular os níveis de luminosidade em função do horário e fluxo de pessoas, sendo possível variar a potência e evitar desperdícios.

Prédios inteligentes, dotados de instalações *mini wind*, geração de energia a partir do vento, e mobilidade elétrica, para transporte de cargas e pessoas, com postos de recarga em estacionamentos ou diretamente na garagem das casas (HomeStation), a exemplo do que se vê em cidades italianas como Roma, Milão ou Pisa, são outras metas do balneário ainda sem datas fechadas para ocorrer. Búzios planeja ter painéis fotovoltaicos instalados nos telhados das residências e parques eólicos para geração de energia renovável. Para o sucesso do projeto, a cidade também vem estimulando a adesão dos moradores, em especial a formação de jovens multiplicadores do conceito de “cidade do futuro” na rede de ensino. Ou, como diria Ricardo Engelbert, é a “cidadania digitalizada” sendo lapidada.

ONDE ESTÁ A INTELIGÊNCIA DAS CIDADES?

POR MARCELO SOARES

SEMÁFORO

em Salvador (BA), semáforos inteligentes abrem e fecham de acordo com o volume de carros.



ESCOLA

em Campina Grande (PB), as escolas monitoram a frequência de estudantes por meio de um banco de dados, e agentes comunitários informam via SMS quando eles são encontrados na rua, iniciando o acompanhamento da criança pela escola e pela família.

POÇA D'ÁGUA EM FRENTE AO SEMÁFORO

São Paulo (SP) cruza dados de fluxo de trânsito com boletins meteorológicos para prever engarrafamentos.



MULHERES EM PERIGO

em Macapá (AP), o Ministério Público criou um aplicativo que permite às mulheres avisar pessoas de confiança e registrar ocorrência caso se sintam em perigo, ao toque de um botão.

POSTE DE LUZ

em Búzios (RJ), foi implementada uma rede inteligente que regula a intensidade da iluminação pública de acordo com a luminosidade e a concentração de pessoas, racionalizando o gasto.

POSTO DE SAÚDE

em Resende (RJ), as unidades de saúde instalaram câmeras que monitoram o fluxo de pessoas, e os usuários podem escolher a menos lotada para ir em caso de uma emergência, levando em conta o tempo de deslocamento.

ÔNIBUS

em Salvador (BA), as empresas de ônibus utilizam sensores para avaliar pontos de atenção na mecânica dos carros, pontualidade da linha e destreza do motorista.



CABINE TELEFÔNICA

em Nova York (EUA), as abandonadas cabines telefônicas viraram hotspots de Wi-Fi aberto ao público.



CONTÊINER DE LIXO

em Itu (SP), sensores monitoram o quanto os contêineres de lixo estão cheios, facilitando o planejamento de rotas e as frequências de coleta.

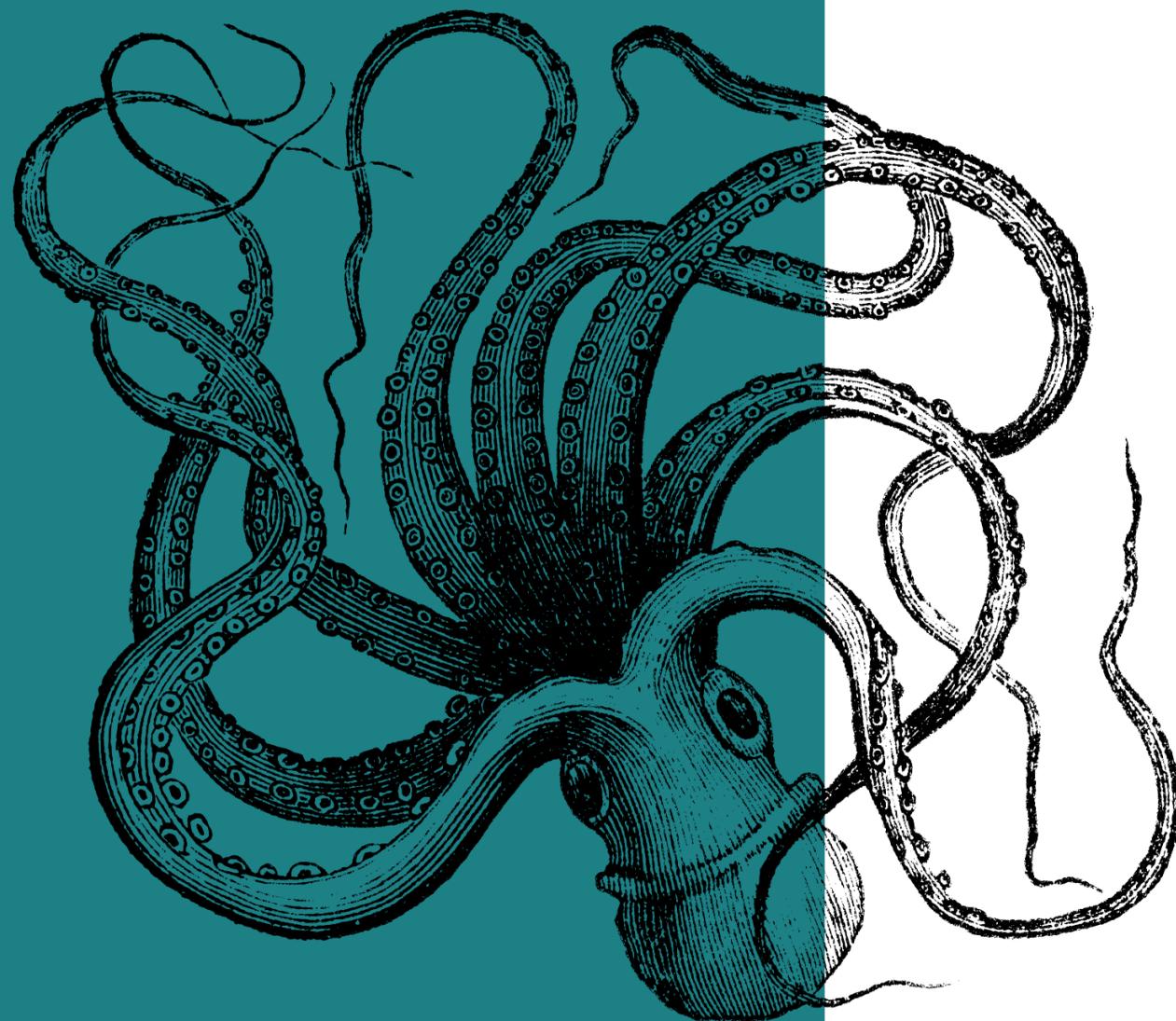


ESTACIONAMENTO

em Águas de São Pedro (SP), as ruas têm sensores ópticos que indicam ao celular do motorista onde há vagas para estacionar por perto.



MENOS ESTADO, POR FAVOR



texto VINICIUS PEREIRA

São prioritárias as necessidades da diminuição da interferência estatal na economia e da melhoria do ambiente de negócios no Brasil. Esse foi um dos consensos dos economistas e empresários reunidos no “III Fórum: a mudança do papel do Estado – novas ideias e visões para o crescimento brasileiro”, promovido pela Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP), em dezembro do ano passado, em parceria com o UM BRASIL; o Columbia Global Centers | Rio de Janeiro, braço da Universidade Columbia; a Fundação Lemann; a revista *VOTO* e o Instituto de Estudos de Política Econômica – Casa das Garças.

Segundo os debatedores, o Estado brasileiro é grande e obsoleto e parece se multiplicar em diversos setores econômicos sempre com uma característica: a ineficiência. As garras estatais se espalham por muitas áreas, dificultando o bom funcionamento de serviços essenciais.

Dados do Banco Mundial mostram que a efetividade do Estado brasileiro na prestação de serviços é baixa. Em uma escala de 0 a 100, o País alcançou apenas 47,12 pontos, enquanto o México, por exemplo, chegou a 61,06 pontos. Entre outros fatores que favorecem o agravamento desse cenário está a garantia de privilégios a algumas classes. Para se ter uma ideia, só os gastos com o Judiciário, em 2017, representaram R\$ 90,8 bilhões, configurando alta real (já descontada a inflação) de 4,4% sobre 2016. No período, a inflação acumulada foi de 2,95%, no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Igualmente contraproducentes são a burocracia e a manutenção de diversas empresas sob controle estatal, mesmo sem a capacidade administrativa necessária para tal. O resultado dessa mistura é o desinteresse do setor privado, deixando de lado a geração de trabalho e renda para milhões de brasileiros.

GASTANÇA DESORDENADA

Segundo levantamento da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o Brasil tem 418 empresas públicas que

pertencem a União, Estados e municípios brasileiros. Muitas não têm funções ou são totalmente obsoletas. Não à toa, a OCDE pede, em relatório divulgado em fevereiro do ano passado, que o País tente restringir as indicações políticas nas estatais.

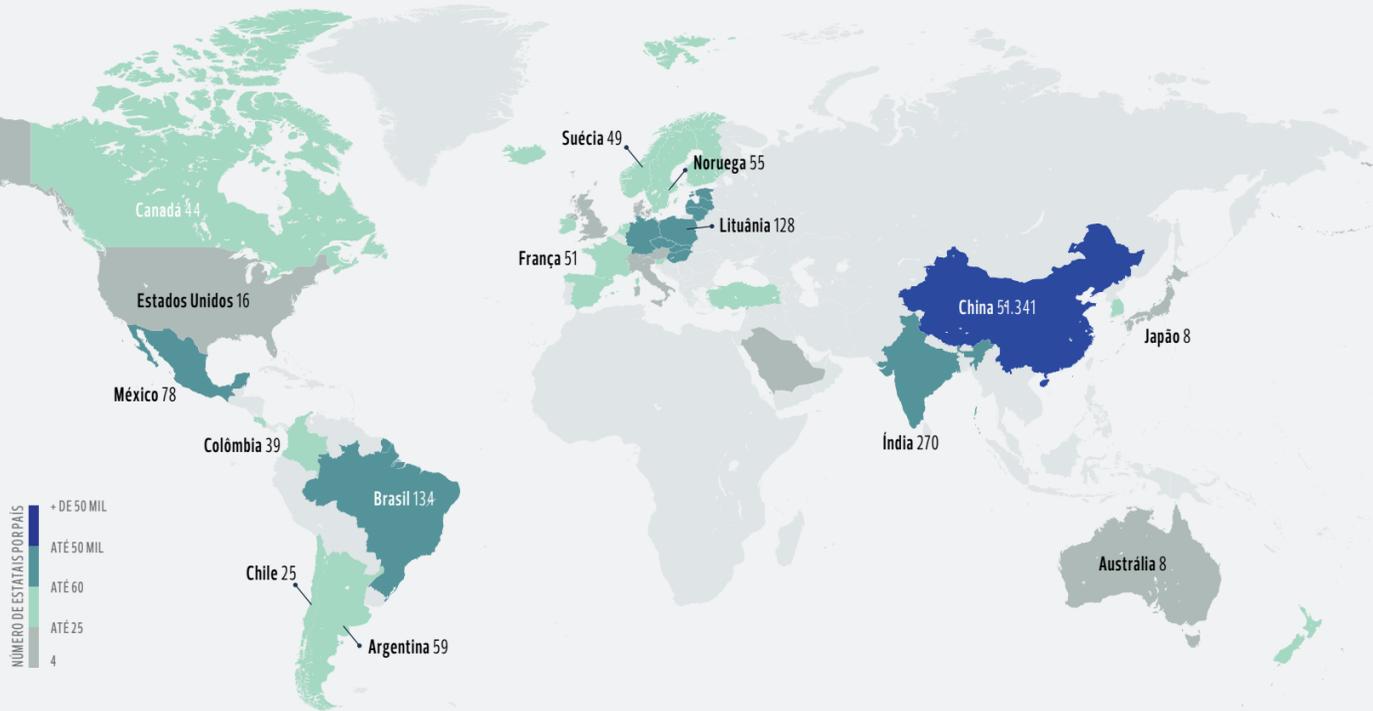
“Para voltarmos a ter crescimento sustentável, precisamos olhar para o Estado e ver como nós vamos conseguir reestruturar as finanças”, afirma a presidente e CEO da Goldman Sachs Brasil, Maria Silvia Bastos Marques. Para ela, quanto maiores os tentáculos estatais, mais alimento (leia-se imposto) esse gigante necessita para se manter em pé.

O problema principal, contudo, é que todo esse tamanho gera custos impagáveis. O nível de gastos segue o mesmo padrão exacerbado, causando rombo nas contas públicas. Neste ano, só os gastos com servidores públicos passarão de R\$ 302 bilhões para R\$ 326 bilhões, segundo estimativas do governo. Dentro do montante, além de salários dos funcionários que ainda trabalham, estão gastos com o pessoal inativo e os pensionistas dos poderes Executivo, Legislativo, Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública.

“O setor público esgotou sua capacidade. Ele só atrapalha, pois as finanças em desordem criam a sensação de insustentabilidade fiscal de um governo que não cumpre promessas e, portanto, atrapalha. Nós temos um Estado disfuncional querendo ampliar seu raio de ação”, destaca o economista, ex-presidente do Banco Central e um dos formuladores do Plano Real, Gustavo Franco.

Todo esse déficit gera a necessidade de se cobrar altos impostos da sociedade. Resultado: a carga tributária no Brasil chegou a 32,4% do produto interno bruto (PIB) em 2017, segundo dados da Receita Federal. “A carga tributária média da América Latina é de 23% do PIB. A solução é: ou aumenta receita ou corta despesa. Pelo lado da receita, a carga já é muito alta e não podemos aumentar”, opina o secretário do Tesouro Nacional, Mansueto Almeida. Segundo ele, para solucionar a situação, pelo lado da despesa, não há alternativa: sobra apenas o corte de gastos, que deve ser realizado sem piedade. “A tendência do investimento no País é cair enquanto não for feita a Reforma da Previdência e o controle do [gasto com] pessoal”, afirma. Em novembro de 2018, o governo federal tinha 632 mil servidores ativos, dos quais aproximadamente 25 mil eram comissionados. Os dados são do Ministério do Planejamento.

Peso do Estado



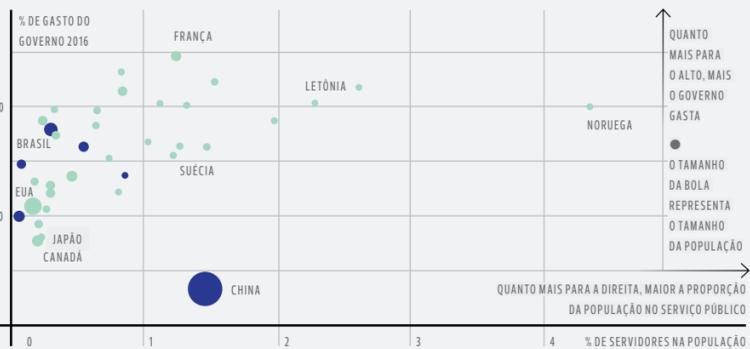
NÚMERO DE ESTATAIS POR PAÍS

Segundo dados da OCDE, o Brasil é o quarto país do mundo em quantidade de estatais. São 134, em sete tipos diferentes de setor. Essas empresas têm ao todo mais de meio milhão de servidores. Com mais de 200 milhões de habitantes, porém, os números do Brasil sempre serão grandes.

Os números brutos perdem apenas para os países mais populosos do globo, como Índia e China. Mas a Hungria, com menos habitantes que o município de São Paulo, tem quase o triplo das estatais do Brasil; a França, cuja população equivale à soma de SP e MG, tem mais de 800 mil servidores.

O Estado brasileiro briga mais com a balança em outra medida: o Brasil gasta mais, proporcionalmente ao seu PIB, do que países conhecidos por seu alto nível de impostos, como a Noruega, ou pela alta concentração da atividade econômica nas mãos do Estado, como a China.

QUANTO MAIS SERVIDORES, MAIOR O GASTO DO GOVERNO (EM % DA POPULAÇÃO E DO PIB)



BRASIL É O 4º PAÍS EM VOLUME DO FUNCIONALISMO...

1.	China	20.248.999
2.	Índia	3.284.845
3.	França	826.967
4.	Brasil	597.505
5.	Estados Unidos	535.981
6.	Itália	499.765
7.	Turquia	438.990
8.	Alemanha	370.440
9.	Japão	256.265
10.	Noruega	230.601
11.	Reino Unido	153.604
12.	Hungria	148.193
13.	Coreia do Sul	147.833
14.	República Tcheca	133.826
15.	Argentina	130.776
16.	Polônia	128.016
17.	Suécia	124.133
18.	Holanda	110.400
19.	Suíça	106.883
20.	Espanha	94.635
21.	Canadá	83.462
22.	México	73.686
23.	Áustria	72.491
24.	Finlândia	72.391
25.	Eslováquia	60.471
26.	Israel	57.114
27.	Chile	50.361
28.	Letônia	49.962
29.	Eslovênia	47.052
30.	Costa Rica	43.013
31.	Grécia	42.927
32.	Austrália	42.607
33.	Lituânia	40.711
34.	Irlanda	39.079
35.	Nova Zelândia	36.214
36.	Colômbia	33.033
37.	Estônia	26.026
38.	Arábia Saudita	25.906
39.	Dinamarca	18.728
40.	Islândia	3.636

... EMBORA SEJA O 29º EM PROPORÇÃO DE SERVIDORES NA POPULAÇÃO

1.	Noruega	4,33
2.	Letônia	2,60
3.	Eslovênia	2,27
4.	Estônia	1,97
5.	Hungria	1,52
6.	Lituânia	1,46
7.	China	1,45
8.	Finlândia	1,31
9.	República Tcheca	1,26
10.	Suíça	1,25
11.	França	1,23
12.	Suécia	1,21
13.	Eslováquia	1,11
14.	Islândia	1,02
15.	Costa Rica	0,85
16.	Itália	0,83
17.	Áustria	0,82
18.	Irlanda	0,80
19.	Nova Zelândia	0,73
20.	Holanda	0,64
21.	Israel	0,63
22.	Turquia	0,54
23.	Alemanha	0,45
24.	Grécia	0,40
25.	Polônia	0,33
26.	Dinamarca	0,32
27.	Argentina	0,29
28.	Coreia do Sul	0,29
29.	Brasil	0,29
30.	Chile	0,26
31.	Índia	0,24
32.	Reino Unido	0,23
33.	Canadá	0,22
34.	Japão	0,20
35.	Espanha	0,20
36.	Austrália	0,17
37.	Estados Unidos	0,16
38.	Arábia Saudita	0,08
39.	Colômbia	0,07
40.	México	0,06

CORTAR PELA RAIZ

Caso o Brasil deseje realmente diminuir a influência do Estado na economia, vai precisar cortar gastos para só então conseguir regredir o volume de tributos. Para isso, contudo, é necessário que a Previdência – responsável por abocanhar a maior parte dos recursos da União – ganhe nova configuração.

Em 2019, só a Previdência irá consumir R\$ 767,8 bilhões, mais da metade dos gastos totais e cerca de três vezes o que é gasto com saúde, segundo o Ministério do Planejamento.

De acordo com Gustavo Franco, para que a reforma realmente impacte no ambiente de negócios, é necessária a colaboração de todos. “O Judiciário brasileiro é o mais caro do mundo, com privilégios salariais e tudo o que se sabe. O Judiciário vai ter que ajudar. Ninguém deve ficar de fora desse esforço, nem militares nem civis.

Durante o fórum, os estudiosos ponderaram ainda que uma reforma tributária – que simplificaria a vida das empresas no País – só se tornaria possível se as contas públicas retomassem a trajetória saudável. “A Reforma Tributária não precisa ser, necessariamente, para reduzir a carga, o que é impossível diante do nível de gastos obrigatórios, mas para eliminar o caos que hoje impera no sistema com o confuso aumento de tributos sobre o consumo: ICMS, ISS e Pis/Cofins, que seriam substituídos por um tributo nacional, cobrado sobre o valor agregado, o IVA, na linha do que é adotado por mais de 150 países”, indica o economista e ex-ministro Mailson da Nóbrega.

Dessa forma, seria possível retomar o crescimento do PIB brasileiro, impulsionado por uma nova onda de otimismo do setor privado.

SEM REGALIAS

Na visão dos debatedores, se o Estado brasileiro ficar mais enxuto, muitas despesas que hoje fazem parte da cultura empresarial do País não deverão mais existir. Alguns setores, como o agronegócio, contam com volumosas remessas, via financiamentos em bancos públicos ou subsídios estatais. Só para essa área, foram quase R\$ 4 trilhões nos últimos 15 anos, segundo o Ministério da Fazenda.

Dessa forma, será necessária uma adaptação ao novo cenário de competição. Para o CEO da Votorantim, João Miranda, é necessário enfrentar, de forma corajosa, o desequilíbrio fiscal. Mas, para isso, os recursos devem ser mais bem explorados. “O objetivo é melhorar o ambiente

“COM AS HIPÓTESES DE REFORMA E PRIVATIZAÇÕES, AS EXPECTATIVAS SÃO ESPETACULARES. CRESCENDO, MUDA TUDO EM MATÉRIA DE PREOCUPAÇÃO COM DESIGUALDADE E PROBLEMAS SOCIAIS. A PERSPECTIVA DE PROGRESSO SOCIAL ALTERA A ATIVIDADE TODA.”

GUSTAVO FRANCO, economista, ex-presidente do Banco Central e um dos criadores do Plano Real

de negócios e a produtividade brasileira. A Votorantim está em 20 países e exporta para o mundo. Há 20 anos compete internacionalmente, e, portanto, não aceitamos ser incluídos no grupo dos sem produtividade”, defende. “Há indústrias que até recebem subsídios, mas a nossa agricultura recebe subsídios orçados anualmente. Se já estamos tão bons, por que não usamos o dinheiro para outras coisas?”, questiona. Procurada por **Problemas Brasileiros**, a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) não respondeu até o fechamento desta edição.

Segundo os debatedores, a disputa entre o campo e a indústria, porém, não necessita apenas de pontos conflituosos. Como ambos receberam significativos subsídios nos últimos anos, cabe a um setor aprender e desenvolver o outro. Por essa razão, o apoio da academia é fundamental para que o País possa finalmente ganhar escala e competir no livre-mercado.

TAREFA IMEDIATA

Ponto de convergência entre os economistas, o fomento à entrada de capital privado em setores estratégicos ao crescimento econômico é outro desafio a ser enfrentado, especialmente no segmento de infraestrutura, bastante deficitária

no Brasil. Com investimentos privados, principalmente nos transportes, a logística nacional melhoraria e, assim, elevaria eficiência, produtividade e competitividade das empresas.

“A infraestrutura é um enorme gargalo”, afirma Maria Silvia Bastos Marques, para quem a greve dos caminhoneiros, ocorrida em maio do ano passado, mostrou como o País ainda é dependente de um sistema falho, o que afeta a entrada de novos competidores. A melhoria da infraestrutura ainda poderia auxiliar no aumento da produtividade – indicador no qual, de acordo com as mais variadas fontes, as empresas brasileiras pioram há anos.

“Com as hipóteses de reforma e privatizações, as expectativas são espetaculares. Crescendo, muda tudo em matéria de preocupação com desigualdade e problemas sociais. A perspectiva de progresso social altera a atividade toda”, completa Gustavo Franco.





LEANDRO KARNAL

Para o historiador, a visibilidade que a tecnologia da informação deu às pessoas comuns é algo positivo, porém, muitas têm dificuldades em conceber que, além da opinião, existe o argumento – que a embasa e legitima –, ultrapassando a barreira do gosto

entrevista RENATO GALENO | fotos CHRISTIAN PARENTE

As redes sociais deram voz a quem antes não era convidado a participar do cenário midiático nacional – em que a informação era monopólio de grandes conglomerados de comunicação. Em entrevista ao canal UM BRASIL publicada por **Problemas Brasileiros**, o historiador e professor da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) Leandro Karnal fala sobre liberdade de expressão, pós-verdade, privacidade na internet e outras questões que permeiam o debate sobre os limites da opinião e da crítica. “Hoje, vivemos o ‘ser é publicar, fotografar’. Se não registrei, não existiu”, analisa. Segundo Karnal, o conceito de politicamente correto, que pode soar pejorativo, “é uma convicção de que palavras ferem, de que jovens adolescentes se matam porque escutam que são feios, gordos, burros ou gays”.

Para o historiador, o fato de as pessoas expressarem mais facilmente as suas opiniões não é necessariamente ruim. Contudo, ele avalia que faltam reflexão sobre o que é dito e respeito às diferenças. “Acho que, ao longo da vida, choraremos mais vezes pelo que ouvimos do que por um soco na cara.” Ainda sobre a nova maneira de as pessoas se comunicarem, repleta de símbolos e abreviações, Karnal acredita que a velocidade imposta pelos smartphones e tablets são reflexos do mundo contemporâneo, e isso não é necessariamente um problema. As grandes questões, segundo ele, são as faltas de capacidade analítica e de aprofundamento dos temas discutidos por todos e quando a opinião é mais importante do que o argumento.

Você é tachado de esquerdista por combater a desigualdade e o racismo, mas também recebe o rótulo de direita, quando defende a cultura clássica e a arte. Por que as pessoas têm essa necessidade de rotular?

Quando a expressão “esquerda e direita” surgiu, durante a Revolução Francesa, era só uma referência dentro de uma assembleia, para saber quem era a favor ou contra os poderes maiores do representante do Executivo. Sou uma pessoa que tem ideias, e elas não são dogmáticas e respeitam alguns princípios. Independentemente da postura política, abomino o racismo, a violação do Estado democrático de direito, a violência e a morte, não importando se feitos em nome de um Estado ditatorial, como teve no Brasil, ou em nome da defesa contra esse mesmo Estado. Quando entramos no campo de escolher quem merece viver e quem deve morrer, entramos no discurso totalitário, e o totalitarismo é de esquerda e de direita. Ou seja, os valores do Estado, do meu grupo e do fanatismo acima do valor da vida humana.

Cada vez mais a opinião está tomando o lugar do fato?

A prevalência da opinião sempre existiu. O que acontece hoje é que todos que têm uma opinião acabam encontrando uma maneira de torná-la pública. Se a opinião, há cem anos, era fruto de um grande referencial de opiniões – um intelectual ou um político –, hoje ela é universal. Isso em si é bom, mas as pessoas têm dificuldades em conceber que, além da opinião, existe o argumento. Por exemplo, quando digo que não gosto de carne vermelha, em detrimento das carnes brancas, porque o custo hídrico da carne vermelha é muito grande, as pessoas poderão discutir comigo quantos litros de água consomem um bife, um filé de peixe, ou até vão dizer que o ideal seria nenhum deles. Pois estamos falando de algo demonstrável, verificável, possível de ser medido, no qual posso ser desmentido, porque meu gosto é subjetivo. Se formos debater opiniões, será uma discussão apaixonada. Seria como dizer: qual é o melhor time de São Paulo ou do Rio de Janeiro? Eu só tenho opiniões, a

”

Posso dizer o que quero, mas não posso defender o racismo, porque é um crime inafiançável e imprescritível. Posso defender ideias, mas não posso fazer apologia às drogas, porque é prevista como equivocada pela lei.

não ser que estabeleça critérios: qual é o melhor time, de acordo com o maior número de vitórias em campeonatos estaduais e nacionais? Estabelecido o critério, ele se tornará uma opinião abalizada mediante argumentos. Então, hoje, todo mundo tem opinião, isso é bom. Todo mundo pode expressá-la, isso não é ruim. Mas ninguém escuta opinião alheia ou busca converter em argumento, isso é muito ruim. A “cegueira” seletiva também pode ser vista em um tema muito momento: tudo o que denunciam sobre falta de ética de um político que detesto, é verdadeiro. Agora, se a denúncia é contra o meu político, o meu partido ou o meu grupo é perseguição. Logo, estamos no campo da paixão, da opinião, e não no campo da análise objetiva dos dados.

Atualmente, os jovens se comunicam por meio de imagens e também preferem um mundo de informações muito rápidas e se consideram satisfeitos com elas, mas não dedicam um tempo à leitura de um bom livro. É possível convencer um jovem que é legal ser culto ou ter cultura?

Ler imagens é tão inteligente como ler textos. Se sou capaz de analisar uma pintura, um desenho ou uma charge, isso envolve tanta atividade cerebral quanto ler um conto de Machado de Assis. O problema é que o texto e as imagens não estão sendo analisados. A questão da escrita pré-alfabética é que eu posso escrever por meio da imagem, como os egípcios fizeram, traduzindo ideias e ações, mas a escrita definida como um sistema simbólico que traduz todas as ideias de uma língua ainda não está contida no fato daquilo que aparece no celular. O aparelho não dá um código geral e universal, apenas reforça sentimentos: explosões, coraçõezinhos etc. Mas não é melhor ou pior do que eu escrever “tdb kkk”, sem usar nenhuma imagem, mas traduzindo apenas nessa forma quase semítica, sem vogais, uma expressão muito simples. Entretanto, o meio e a mensagem estão umbilicalmente ligados, ou seja, o celular não é o lugar para mandar um sermão do Padre Vieira e não é sequer o lugar de se mandar um poema épico. O celular implica velocidade, um distanciamento

rápido da capacidade analítica, é o lugar para eu dizer: “Cheguei; e o outro responder: “A porta está aberta”, pronto. Então, o celular é, por sua natureza, um instrumento rápido para termos acesso às informações rápidas. O problema é se eu confundo esse espaço com a totalidade. Os jovens que têm acesso a essa tecnologia não são menos inteligentes do que há 50 anos, apenas a inteligência mudou, ganhou o caráter holístico, geral, o caráter imagético forte, a velocidade, e perdeu capacidade analítica, de aprofundamento. Então, isso é uma questão grave. Agora, não há uma civilização erudita e capaz que existiu há cem anos e hoje somos a barbárie, homens do Paleolítico. Há mais gente lendo e escrevendo hoje do que há cem anos. Acontece que querem comparar um discurso de Rui Barbosa, há cem anos, com a mensagem do WhatsApp de hoje. São coisas diferentes, e mostra um certo reacionarismo cultural que tenta identificar rapidez com precariedade. É possível que um *haikai* contenha muito mais densidade do que um poema parnasiano ou um soneto, não é o tamanho que faz a diferença. Mas, nesse caso, tenho de levar em conta que deveria treinar jovens para 140 toques e treiná-los para ler Padre Vieira.

Na minha infância, era comum pessoas manterem diários guardados a sete chaves. Hoje, as pessoas utilizam as redes sociais e fazem revelações para serem consumidas pelos outros. A ideia de privacidade mudou?

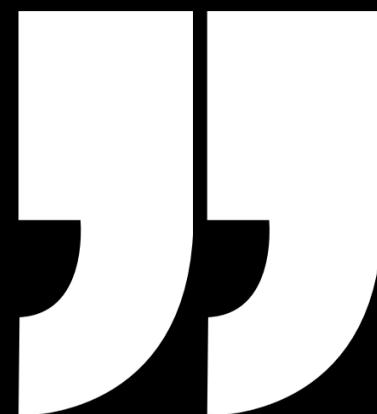
A privacidade foi uma invenção burguesa. Ela não existia na sociedade de corte, como analisa Norbert Elias no livro *A sociedade de corte*, e como reforça, no Brasil, *A etiqueta no Antigo Regime: do sangue à doce vida*, de Renato Janine Ribeiro. A privacidade, como vemos na série de livros *A história da vida privada*, organizados por Philippe Ariès, não existe no Antigo Regime: o rei defeca em público, um príncipe nasce com testemunhas, tudo é feito diante da teatralização. Haja vista, como sinal dessa mudança, a escassez de banheiros até o século 19. Nesse mesmo século, inventou-se a família burguesa, o amor da família nuclear – com pai, mãe e filhos –, e junto veio o processo de intimidade. Essa intimidade co-

meça a se decompor no século 20; e Zygmunt Bauman data no seu livro *44 Cartas do mundo líquido moderno*, de outubro de 1997, quando ele está assistindo à televisão na Inglaterra e uma mulher fala da impotência do marido dela – tema que seria confessado a contragosto ao padre, agora é feito em horário nobre para todo mundo. Morreu a intimidade, mas existe outro fenômeno muito importante na sociologia da comunicação: como o espaço público não tem um “eu” atuante, ele é a omissão do “eu”, pois posso utilizar avatares, não sei exatamente para quem estou falando, isso diminui a vergonha e a culpa. Mas também sou vítima da necessidade de um marketing pessoal que faz com que todas as pessoas falem dos seus sucessos. O Natal foi insuportável, a festa foi desagradável, as pessoas estavam chatas como nunca, mas a única foto que foi para a rede social é a que estamos nós, ao redor da mesa arrumada, sorrindo. Esse é o momento que se reinventa a noção de confissão. Aquilo que Santo Agostinho inventou no início do século 5 virou uma prática de fluxo de consciência na qual eu realmente preciso falar, porque se eu não falar, não existo. “Ser é ser percebido”, diziam os filósofos empíricos escoceses. Hoje, vivemos o “ser é publicar, fotografar”. Se não registrei, não existiu.

Hoje, existe também o conceito da pós-verdade, que não é a mentira. Como funciona isso?

A mentira é quando você dizia algo sabendo que iria ofender o estado real das coisas. Agora, a pós-verdade tem a ver com a perda, que Walter Benjamin chamava da “aura de respeitabilidade das coisas”, pela multiplicação que Joseph Goebbels dizia na propaganda nazista, que algo repetido tantas vezes se torna verdade, quando quero ocultar um fato político ou produzir um fato político, social ou cultural, mediante a manipulação de dados, repetidos tantas vezes que leve ao relativismo ou à negação total. Hoje, o verdadeiro passou a ser aquilo que está na rede, o critério epistemológico é estar na rede, só que isso é manipulado. Quando ocorre um fato que provocaria a simpatia de um candidato, durante





Temos de ter cuidado,
 porque toda piada
 contém um ataque, que
 autoriza, do ponto de
 vista da linguagem, uma
 violência real. Por isso
 que se dizia, na década
 de 1930, que os portões
 de Auschwitz foram
 abertos pelas piadas.

as eleições, imediatamente surgem na rede elementos para desconstruir essa simpatia, porque isso é pensado por especialistas que têm redes que ficam espalhando coisas e fazendo com que entrem nos seus grupos de WhatsApp e outras bolhas, pelas quais me protejo e passo a fazer eco de confirmação. Ou seja, torno-me refém da decisão de uma pessoa de publicar. Isso é um grave problema, hoje, porque sempre existiu a mentira, mas o que estamos dissolvendo é o critério que separa a verdade da mentira.

Esse fenômeno de fabricação de mentiras, ou fake news, pode alterar a forma de se discutir e fazer política?

A mentira sempre existiu na história política do mundo. Aqui no Brasil tivemos episódios como as cartas falsas de Artur Bernardes; a notícia que deram a Deodoro da Fonseca dizendo que seria preso pelo primeiro-ministro, Visconde de Ouro Preto, e isso acelerou a República; temos notícias falsas como no Plano Cohen em 1935, que justificou o fechamento do Congresso em 1937. A grande diferença atualmente é que a mentira é elaborada para ser dirigida ao desejo narcísico das pessoas, para se sentirem confortadas e animadas no seu nicho, a mentira é multiplicada e pensada para que você possa reforçar sua zona de conforto. E como esta é um lugar agradável, e seu questionamento, um desafio, então surgiu um novo público para um meio muito mais eficaz, que capilarizou e democratizou as informações, para que as pessoas sejam atingidas psicologicamente e recebam a notícia de que é fato que tal político fez isso ou aquilo. O que me assusta não são os profissionais desonestos que trabalham na elaboração dessas informações, mas como as pessoas estão absorvendo tudo isso, pois um profissional pode ser afastado, o público é muito mais complicado.

Por que você defende a ideia do “politicamente correto”?

O politicamente correto, que parece um pouco pejorativo, é uma convicção de que palavras ferem, de que jovens adolescentes se matam porque escutam que são feios, gordos, burros ou gays. A liberdade de expressão sempre tem

um limite, que é a zona do crime e da ética. Posso dizer o que quero, mas não posso defender o racismo, porque é um crime inafiançável e imprescritível. Posso defender ideias, mas não posso fazer apologia às drogas, porque é prevista como equivocada pela lei. Acho que, ao longo da vida, choraremos mais vezes pelo que ouvimos do que por um soco na cara. Temos de ter cuidado, porque toda piada contém um ataque, que autoriza, do ponto de vista da linguagem, uma violência real. Por isso que se dizia, na década de 1930, que os portões de Auschwitz foram abertos pelas piadas. É preciso haver piada antissemita para existir Auschwitz. É preciso alguém ter reproduzido uma idiotice como “mulher gosta de apanhar”; “mulher é chantili, bate que cresce”; “bata na sua esposa ao chegar, não precisa explicar, ela sabe o porquê” – todas essas asneiras um dia vão penetrar no cerebelo de um desequilibrado que vai bater porque se sentiu autorizado linguisticamente por uma cultura. Isso é muito perigoso.

Por que o ódio entrou forte no debate político brasileiro?

O ódio é sempre mais fácil, porque impede que você pense. Quando lhe odeio, em primeiro lugar, digo que sou bom e você é ruim, e tudo o que tem de ruim no mundo vem de você, do seu partido, do seu grupo, do seu político. Isso é bom, porque constrói em uma pessoa ou partido, de direita ou de esquerda, uma capacidade de transferir qualquer responsabilidade, e nessa característica, o ódio é uma zona muito confortável. E também o ódio tem o poder de união extraordinário, os cristãos usaram isso muito bem – ter alguém para odiar. Os norte-americanos construíram toda a sua identidade de vida contra, primeiro, os peles-vermelhas; depois, contra os casacos vermelhos; depois, os ingleses; os alemães, na Primeira e Segunda guerras mundiais; depois, os comunistas. Não existem os Estados Unidos da América, existem os Estados que odeiam alguém em comum.

UM BRASIL é uma plataforma multimídia composta por entrevistas, debates e documentários com nomes do meio acadêmico, intelectual e empresarial. O conteúdo desses encontros aborda questões importantes sobre os quadros econômico, político e social do Brasil.

Saiba mais em www.umbrasil.com





UM POR TODOS

Um novo jeito de fazer política passa pela “prova dos nove” nas assembleias legislativas de São Paulo (Alesp) e de Pernambuco (Alepe). Na legislatura que se iniciou neste ano, foram eleitos deputados oriundos de candidaturas coletivas. Trata-se de um modelo no qual um grupo de pessoas ocupa uma das cadeiras nessas Casas de Lei.

texto IRACY PAULINA | ilustração TIAGO ARAUJO

E

Em São Paulo, nove integrantes se perfilam na Bancada Ativista, que conquistou uma vaga com 149,8 mil votos, cravando a marca da décima candidatura mais votada no Estado. No Nordeste, 39,1 mil eleitores pernambucanos confirmaram a vitória das cinco componentes do Juntas. Além dessas duas iniciativas vitoriosas, outros grupos se lançaram, sem sucesso, coletivamente no pleito de 2018 no Mato Grosso do Sul, Paraná e Distrito Federal. O PSOL, que elegeu Bancada Ativista e Juntas, abrigou seis candidaturas nesses moldes, como a de quatro militantes de causas sociais que disputaram uma vaga na Câmara Legislativa de Brasília – porém, sem êxito. Pela Rede Sustentabilidade, três ativistas pleitearam uma das cadeiras de São Paulo no Senado, mas também não chegaram lá.

Tanto Bancada Ativista quanto Juntas são formados por pessoas que se destacaram em movimentos que levantam bandeiras ligadas a direitos humanos, questões de gênero, feminismo, LGBTs, pautas ambientais, trabalho informal, direito à moradia, entre outras. Terão pela frente o desafio de coordenar as ações abarcando todas essas temáticas. Mas não só. Para o cientista político Eduardo Grin, da Fundação Getulio Vargas (FGV) de São Paulo, é o momento de checar como se dará na prática uma proposta que, na teoria, acena como um sopro de renovação do jogo democrático. O primeiro obstáculo a driblar foi a falta de previsão legal para esse tipo de candidatura. Formalmente, o modelo coletivo não é contemplado pela legislação eleitoral vigente no País. Ela permite apenas um nome com foto na urna, e esse nome necessariamente tem que se lançar por um partido político. É essa pessoa que deve ocupar a cadeira parlamentar, quem vota-

rá em plenário e terá voz na tribuna. Mas como também não há nada expresso na lei que proíba o mandato coletivo, os grupos se viabilizaram nas urnas por meio de uma manobra: um dos integrantes aparece como o mandatário oficial, mas a campanha é feita por todos os cocandidatos (como se denominam), e o eleitor sabe que, votando naquele, estará escolhendo o grupo completo.

DESAFIOS DA NOVA PRÁTICA

Um aspecto positivo apontado por Grin é o conceito de horizontalidade na política. Segundo ele, será interessante observar como os integrantes desses grupos irão compartilhar o mandato parlamentar. A expectativa é que as relações sejam não a de um patrão ao qual os demais componentes do gabinete estejam subordinados, mas um conjunto de forças equitativas que desenvolvam atividades similares. Para que isso se efetive, segundo ele, é preciso observar qual dinâmica será criada no dia a dia do exercício parlamentar.

Um arranjo desse tipo, ressalta o cientista político, também pode implicar mais transparência na prestação de contas à população – um antídoto contra vícios da velha política imersa em corrupção. O aspecto pedagógico pode ser mais um efeito benéfico. “Essa experiência aproxima mais as pessoas da política e faz ver que ela pode ser feita pelo cidadão comum. Estimula a responsabilização social e permite que o eleitor cobre mais. Ou seja, mostra que a democracia pode ser mais larga”, entende Grin.

A lista de pontos positivos é considerável, mas há outra: a de obstáculos para que eles se concretizem. A obrigatoriedade de ser filiado a um partido para participar de eleições é um deles. Não são todas as siglas que abrem espaço para grupos com essa proposta. A questão da fidelidade partidária, em geral, é cobrada na ação do parlamentar. “O mandato é do partido, o coletivo não existe do ponto de vista formal. O que



fazer quando houver divergência: prevalecerá a vontade do partido ou do coletivo?”, questiona Grin. Entre os nove componentes da Bancada Ativista, há integrantes do PT, do PSOL, da Rede e aqueles sem filiação partidária. Escolheram o PSOL para disputar a eleição porque a sigla permitia a candidatura cívica independente. “Se o PSOL fechar uma questão de um jeito, nós podemos fechar de outro sem problemas”, afirma Mônica Seixas, que compõe a bancada.

Há ainda a possibilidade de surgirem conflitos entre as diferentes redes de eleitores que apoiaram o grupo. Outra questão igualmente delicada é a da verba relacionada ao mandato, que inclui o salário do parlamentar, os recursos para montagem e manutenção do gabinete e demais benefícios.

EXEMPLO DO PLANALTO CENTRAL

Uma experiência pioneira inspira os coletivos Bancada Ativista e Juntas e já vem respondendo a parte dessas indagações. Desde 2017, um mandato coletivo de cinco pessoas ocupa uma das nove cadeiras da Câmara de Vereadores de Alto Paraíso de Goiás, município goiano de pouco mais de 7,5 mil habitantes no Planalto Central, a 412 quilômetros de Goiânia. Eleito pelo Podemos, o mandatário oficial, que figurou na cédula, é João Yuji, formado em Direito e músico atuante. Os outros quatro integrantes são: Ivan Araújo Diniz, turismólogo e ativista ambiental; Luis Paulo Veiga, dono de uma pousada local; Cesar Adriano de Souza Barbosa, docente em Química; e a bióloga Laryssa Galantini.

Situada na Chapada dos Veadeiros, ponto de atração turística pela exuberância de seus recursos naturais e aura mística, Alto do Paraíso divide sua população entre os nativos e os

“chegantes”, como são chamados os forasteiros que se fixaram na região. E foi justamente um desses chegantes, Yuji, que levou a novidade do mandato coletivo para o município. Natural da capital paulista, onde se formou em Direito pela Universidade de São Paulo (USP), ele atuava no coletivo Movimento Ecofederalista, que defende a descentralização e o fortalecimento das instituições municipais e vê no mandato grupal uma maneira de promover isso.

Yuji começou a reunir o grupo em 2015. O segredo para que o coletivo funcione bem, segundo ele, é equilibrar as habilidades e as características de cada um. Três áreas de conhecimento, em seu entender, são essenciais: jurídica, para embasar bem as propostas e analisar com espírito crítico os temas debatidos no parlamento; comunicação, para lidar com os públicos interno e externo; e contábil, para fazer a prestação de contas. “Pensando em garantir a segurança jurídica de nosso mandato, firmamos um contrato civil com as regras que todos do grupo devem seguir”, explica ele.

Esse documento estabelece, por exemplo, que os votos de Yuji durante as sessões na Câmara devem ser “sempre conforme o consenso do grupo, ou, quando isso não for possível, conforme a vontade da maioria dos membros”. Os cinco se reúnem uma vez por semana para discutir os temas em andamento e definir como se posicionarão. E se surgir algo na sessão que não passou por essa discussão e que exija uma decisão imediata? Os membros do grupo que estiverem na Câmara devem sinalizar sua vontade para Yuji, e este votará segundo o que a maioria dos presentes indicar. Também é estipulado que o salário e as demais verbas disponíveis sejam revertidos para a comunidade. O grupo faz uma prestação

de contas pelo blog do mandato (<https://mandatocoletivo.wixsite.com/mandatocoletivo>). No biênio 2017/2018, um total de R\$ 80,3 mil foi usado para a compra de equipamentos para o hospital municipal, apoio a eventos e atividades culturais, reforma de escolas, compra de equipamentos para merenda escolar, produção de material educativo, campanha de defesa da vida silvestre e aquisição de material para confecção de abafadores de fogo, entre outras coisas.

O grupo também se empenhou na produção parlamentar. Em dois anos, apresentou 30 projetos de lei, dos quais apenas cinco foram aprovados, como a consolidação de feriados do município (depois revogado pelo prefeito). Os mais importantes foram rejeitados, mas o grupo não considera isso negativo. “O voto contra fortalece mais a gente do que o voto a favor”, entende Yuji. Serve para levantar a discussão e repercutir o assunto. Um dos projetos barrados estabelecia, por exemplo, um piso para cobrança judicial de IPTU para evitar o excesso de processos dessa natureza com baixo valor.

Os atuais componentes do grupo de Alto Paraíso não pretendem se reeleger, apenas Yuji quer continuar na política, candidatando-se à prefeitura. Mas eles defendem que outras pessoas repitam a proposta coletiva na próxima disputa para a Câmara de Alto Paraíso. Também buscam fomentar outros coletivos pelo País a fazer o mesmo, tanto que apoiaram algumas iniciativas em Brasília e outra em Cotia (SP) nas eleições de 2018. Como o mandato coletivo é informal, o número de candidaturas desse tipo nas últimas eleições não aparece nas estatísticas do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

PLURALIDADE REPRESENTADA

O cientista político Grin lembra que a ideia do mandato coletivo surgiu na esteira dos movimentos sociais que ganharam as ruas em 2013 e sinalizaram uma crise de representação. Com

ele, vem junto a possibilidade de levar ao legislativo grupos mais plurais, que abarquem a diversidade social.

No Juntas, a mandatária oficial, Jô Cavalcanti, é comerciante ambulante em Recife e militante dos movimentos do comércio informal e de moradia. Suas companheiras de mandato são Joelma Carla, estudante de Letras e Biblioteconomia; Katia Cunha, professora da rede estadual; Robeyoncé Lima, advogada, primeira pessoa trans a conseguir a carteira da OAB em Pernambuco e militante LGBT; e Carol Vergolino, jornalista, feminista e realizadora audiovisual.

O time da Bancada Ativista, coletivo paulista formado por militantes de causas sociais e que assumiu uma vaga na Alesp, tem a jornalista, feminista negra e ativista socioambiental Mônica Seixas como o nome oficial na cédula. Ela levou para a assembleia paulista como codeputados: Fernando Ferrari, morador do bairro paulistano do Capão Redondo, militante de cultura e contra o genocídio da juventude periférica; Claudia Visoni, jornalista, ambientalista e agricultora urbana; Paula Aparecida, professora da rede pública, feminista e ativista pelos direitos dos animais; Raquel Marques, sanitarista, defensora da equidade de gênero e do parto humanizado; Erika Hilton, transvestigênera, negra e ativista dos direitos humanos; Chirley Pankará, indígena, pedagoga e militante das causas dos povos originários; Anne Rammi, artista, feminista, ciclista e militante das causas ligadas à maternidade; e Jesus dos Santos, migrante nordestino e defensor da cultura, da comunicação e do movimento negro.

Desde 2016, a Bancada Ativista se articula para amparar candidaturas progressistas, comprometidas com transformações justas e democráticas. Naquele ano, apoiou oito candidaturas à Câmara de Vereadores de São Paulo. Conseguiu eleger apenas uma, a de Sâmia Bonfim, que deixou o cargo para disputar o pleito de 2018 e conquistou um mandato de deputada federal. “Vimos que era a hora de dar um passo à frente. Formar um *hub* na Casa Legislativa, eleger um grupo que reunisse pessoas de diferentes origens e ligadas às principais causas sem representação na Alesp”, destaca o cofundador da bancada, Pedro Telles.

Em Pernambuco, inicialmente, as candidatas do Juntas iam sair de forma separada. “Achamos incrível essa ideia de lançar uma candidatura com vários nomes e um número só e resolvemos sair do mesmo jeito”, diz Carol Vergolino.



NOVO MODELO DE REPRESENTAÇÃO É CONSIDERADO UM SOPRO DE RENOVAÇÃO DEMOCRÁTICA AO SE APRESENTAR COMO ALTERNATIVA PARA AMPLIAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO POPULAR NOS ESPAÇOS DE PODER

Nos dois casos, os grupos deliberaram a mesma forma de lidar com as verbas envolvidas com o mandato. Todos os integrantes do coletivo são contratados como assessores parlamentares. Os salários serão equiparados, inclusive o da parlamentar oficial, que será rebaixado. O que sobrar da verba será destinado a um fundo e servirá para financiar causas populares da base de apoio do mandato.

A votação em Plenário também será orientada pelo consenso. “Cada um de nós tem atuação e capacidade técnica em uma determinada área, explica Mônica Seixas, da Bancada Ativista.

O Juntas criou um conselho político para manter o contato com a comunidade. E já conseguiu assumir a presidência da Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular da Casa. Quando subiu à tribuna para fazer seu primeiro pronunciamento, Jô Cavalcanti ouviu um colega dizer: “Mulheres unidas sempre serão vencidas”. “Não me incomodei, ao fim do meu discurso, eu o coloquei em seu lugar”, lembra.

Na Alesp, a Bancada Ativista assumiu em março. Mas bem antes, durante a cerimônia de diplomação dos eleitos no Estado, em dezembro, o novo formato de mandato foi motivo de confusão. Quando Mônica Seixas foi chamada ao palco, os demais componentes do coletivo subiam junto, mas foram barrados por seguranças do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Um dos membros, Jesus dos Santos, conseguiu furar o cerco e foi contido no palco por outros deputados.

Um desafio fica ainda maior enquanto o mandato coletivo for informal, sem amparo na lei. Pela legislação atual, por exemplo, se o mandatário oficial sair do partido, morrer ou tiver qualquer outro impedimento para exercer suas funções, quem assume é o suplente, que não tem ligação com os demais integrantes do coletivo.

Para pôr fim à insegurança jurídica que cerca a questão, a deputada federal Renata Abreu (Podemos) apresentou uma proposta de emenda constitucional, a PEC n.º 379/2017, visando a legalizar o modelo. “O mandato coletivo é prática comum na Suécia, Argentina, Austrália e nos Estados Unidos, justamente porque se revela uma alternativa para reforçar a participação popular e expandir o conceito de representação política”, justifica a deputada.

&

I



HUMBERTO DANTAS

é coordenador da linha de pesquisa “Espaço Urbano, Sociedade Civil e Democracia”, do programa de mestrado em Cidades Inteligentes e Sustentáveis, da Uninove

WILSON LEVY

é diretor do programa de mestrado em Cidades Inteligentes e Sustentáveis, da Uninove

INTELIGÊNCIA, INOVAÇÃO, PARTICIPAÇÃO E REGULAÇÃO

A ideia de cidades inteligentes, ou, como se tem notabilizado pelo mundo, *smart cities*, está associada às cidades que resolvem problemas e melhoram a qualidade de vida de seus habitantes predominantemente por meio do uso da tecnologia. Isso é o que o senso comum poderia falar acerca dessa temática, mas devemos ter clareza que o debate é infinitamente mais complexo.

O Brasil tem menos de 50 programas de pós-graduação credenciados por Capes/MEC em Planejamento Urbano, Regional e Demografia. No Estado de São Paulo, existem menos de cinco. Na capital, apenas um, focado no tema das cidades inteligentes. O terceiro setor, por sua vez, se espalha mundialmente em uma rede imensa de organizações das mais diferentes naturezas, operando em prol de causas diversas que adensam a agenda das cidades inteligentes. Pesquisas, soluções, intervenções, tudo faz parte desse imenso e desafiador universo. Por fim, diversas empresas conferem atenção especial ao assunto. No total, bilhões de pessoas, dados, conexões entre outras coisas. Estamos diante de um mundo amplo que faz questão de viver intensamente em torno de complexidades, soluções e desafios.

Nesse debate, no entanto, não podemos deixar de considerar alguns aspectos essenciais. Se a associação imediata a todo esse universo está atrelada à inovação, dois outros pontos merecem especial atenção. O primeiro está relacionado ao ordenamento jurídico, à criação de regras e a limites legais claros. Certa vez, em entrevista à plataforma UM BRASIL, ligada à FecomercioSP, um especialista afirmou: “Inovar é subverter e, por vezes, transcender a lei”. A provocação é boa. O fluxo natural estaria, então, associado à ideia de ruptura. Para inovar nas atitudes e soluções, precisamos abrir o caminho jurídico. Isso, por vezes, depende apenas de pareceres e

percepções; por outras, do Legislativo e do próprio Judiciário. Simples? Nem um pouco, e não parece incomum que a inovação se torne obsoleta diante da burocracia que nos atrasa. A despeito disso, inovar com segurança jurídica é essencial à nossa realidade.

O segundo ponto vai para além dos aspectos institucionais formais. Estamos no campo da cultura, da participação, do envolvimento da sociedade. Quando inovamos, apenas mudamos ou efetivamente atingimos aquilo que a realidade demanda? Quando alteramos, temos a capacidade de tornar as transformações compreensíveis, acessíveis e práticas? Sabemos quem são os indivíduos que nos cercam ou apenas conhecemos “soluções” sem ao menos identificar o público-alvo? A genialidade nem sempre dialoga com a realidade. Nesse sentido, o quanto estamos preparados para testar, pesquisar, conhecer, investigar e analisar? Adicionalmente, como envolver mais os brasileiros no desafio de participar da construção democrática de sua realidade? Como aprimorar o senso de pertencimento e responsabilidade?

Notemos aqui: se algo inteligente e sustentável passa por criar arcabouço legal e envolver a sociedade, parece possível afirmar que inovar não é apenas desvendar o que existe de novo, ou criar o que existe de diferente, mas também respeitar princípios basilares associados à nossa realidade democrática. Segurança jurídica, participação social e inovação são os pilares do que podemos chamar de uma cidade inteligente e sustentável. Estamos prontos?

&

A MELHOR NOTÍCIA SOBRE A PUBLICAÇÃO DO SEU BALANÇO ANUAL VOCÊ NÃO VAI VER NOS JORNAIS.

Sabe a publicação do seu balanço anual, aquela que toma o tempo de seus funcionários, gera custos altíssimos e cria muita burocracia? Com o **Balanço Livre**, ela não é mais obrigatória para empresas de grande porte de qualquer segmento: comércio, indústria, transporte etc.

Isso porque, desde abril de 2018, a FecomercioSP conseguiu uma importante conquista jurídica: quem é filiado ou associado à Entidade foi desobrigado de publicar suas demonstrações financeiras no Diário Oficial e em jornais de grande circulação.

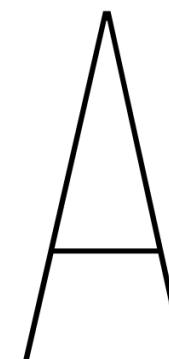
Então, vamos poupar recursos e proteger informações importantes da sua empresa com o **Balanço Livre**?

Informe-se: ligue agora para (11) 3254-1755/1753/1751 ou envie um e-mail para balancolivre@fecomercio.com.br.



MENINAS-MÃES

texto SABINE RIGHETTI | ilustração PEDRO VÓ



A taxa de gravidez em adolescentes no Brasil é maior que a média mundial: um em cada cinco nascidos no País é filho de uma jovem. O problema é que a maioria das meninas-mães desiste dos estudos. Esse cenário pode ser mudado, dizem especialistas, se gênero e sexualidade forem assuntos na escola.

A taxa de fecundidade no Brasil caiu de 2,39 para 1,72 filho por mulher entre 2000 e 2015 e se iguala à apresentada em países desenvolvidos. Mas quando olhamos para os casos de gravidez na adolescência, a realidade é outra. Muitas dessas meninas acabam abandonando a escola, perdem a oportunidade de se incorporarem ao mercado de trabalho e, por consequência, acabam reproduzindo a exclusão social e os padrões de pobreza das quais já são vítimas.

Segundo dados do relatório “Aceleração do progresso para a redução da gravidez na adolescência na América Latina e no Caribe”, divulgado em 2018, a taxa mundial de gravidez adolescente é estimada em 46 nascimentos para cada mil meninas de 15 a 19 anos. Em países como Estados Unidos e Canadá, o índice é metade disso: 22,3. No Brasil, a taxa é de 68,4. Na prática, um em cada cinco nascidos no Brasil é filho de uma adolescente. Diante desse cenário, os especialistas são unânimes: é preciso investir em educação sexual numa perspectiva ampla, mas que considere a escola como espaço privilegiado para essa formação.

Em vez de explorar o assunto e criar políticas nacionais, as novas políticas educacionais, no entanto, têm retirado o assunto da pauta. Educação sexual e gênero ficaram de fora da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento aprovado em 2017 e que vai nortear os currículos das escolas nacionais na educação infantil e no ensino fundamental. A parte do documento que estabelecia “corpo, gênero e sexualidade nas tradições religiosas” como um dos objetos de conhecimento gerou polêmica e foi excluída pelo Ministério da Educação da versão final.

“O mais triste foi ver que houve um apoio popular para que os temas fossem vetados”, afirma a educadora sexual e diretora do Instituto Kaplan, voltado ao tema, Maria Helena Vilela. “É a família conservadora que nunca recebeu educação sexual e que acredita que o diálogo do silêncio é o mais eficaz

para educar o filho sexualmente. Não é. Educação sexual de omissão não ajuda ninguém”, resume Maria Helena.

A socióloga Jacqueline Pitanguy coordenou, em 2016, um estudo feito pela Federação Internacional de Planejamento Familiar em parceria com a Cepia, ONG brasileira que atua nas questões de gênero e direitos humanos. A pesquisa intitulada “Barômetro latino-americano de acesso das mulheres à contracepção moderna” envolveu Argentina, Brasil, Chile, Colômbia e México – e identificou que, mesmo havendo questões religiosas interagindo com programas na área da saúde sexual e reprodutiva em todos eles, era no Brasil que essa interferência se dava com mais força. “Se temos um marco jurídico, já que a própria Constituição assegura a mulheres e homens o direito à informação e acesso a métodos contraceptivos, o que está interferindo na construção de um programa nacional de educação sexual a ser incluído, obrigatoriamente, nos currículos escolares?”, questiona a socióloga. E emenda: “Creio que a resposta esteja na interação de dois fatores. Por um lado, um problema geral de perda de qualidade que afeta toda a educação pública; por outro, a atuação de grupos religiosos que não aceitam que se trate desse tema nas escolas”. As poucas iniciativas que se vê, afirma Jacqueline, partem de organizações da sociedade civil e são esporádicas.

ALÉM DA AULA DE BIOLOGIA

Se o tema tivesse sido mantido na base curricular que vai guiar o que será ensinado nas escolas brasileiras, além da garantia da perenidade dos projetos haveria também a criação de marcadores metodológicos e de conteúdo a serem seguidos. Uma ausência que faz com que mesmo experiências esporádicas de tratar o assunto não surtam o efeito esperado.

Numa roda de oficinas que reuniu especialistas e adolescentes grávidas ou que haviam acabado de se tornarem mães, as garotas relataram que o conteúdo de educação sexual que tiveram na escola era reduzido à clássica abordagem dos órgãos reprodutores, das infecções sexualmente transmissíveis (ISTs) e de como usar o preservativo. Mas pouco ou nada tra-



tava do que mais as inquietava, como questões de gênero, exploração, desejo e reconhecimento do próprio corpo.

A experiência está narrada em “Gravidez na adolescência no Brasil: vozes de meninas e de especialistas”, publicação elaborada pelo Instituto dos Direitos da Criança (Indica) em parceria com o Fundo das Nações Unidas para Infância (Unicef) e o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA).

No documento, os autores afirmam que a educação sexual nas escolas precisa ser implementada com base em diálogos que também abordem aspectos relacionais e emocionais ligados à sexualidade e à gravidez. Os pesquisadores também indicam a criação de um mecanismo de validação e certificação de materiais e informações disponibilizados em meios físico e digital sobre saúde sexual e reprodutiva de adolescentes, a fim de que sirvam como subsídio seguro para jovens, famílias e professores. “É preciso saber como aplicar o conteúdo. Diferentemente da educação sexual informal, na educação planejada você atua em função de um diagnóstico. O trabalho em sexualidade em uma escola tem de ter um objetivo, tem que saber qual o resultado esperado”, explica Maria Helena.

O tema da educação sexual envolve ainda outras instituições de peso. Em 2014, a Unesco lançou “Orientações técnicas de educação em sexualidade para o cenário brasileiro: tópicos e objetivos de aprendizagem”, com instruções de abordagem para programas de educação sexual direcionados a crianças e jovens de 5 a 18 anos.

Uma peça de teatro que explique aos alunos da educação infantil que o corpo deles não deve ser tocado por ninguém é uma maneira lúdica de prevenir que sejam vítimas de estupro ainda na infância. Já os alunos dos anos finais dos ensinamentos fundamental e médio podem se beneficiar de oficinas que discutam a responsabilidade de meninos e meninas na criação dos filhos, um modo de abordar a gravidez na adolescência ao mesmo tempo que suscita a discussão de gênero e as implicações de ser mãe nessa etapa da vida. Até porque a gravidez na adolescência é um fenômeno bem mais complexo do que se imagina.

“ESCOLHI ENGRAVIDAR”

A questão é que, na percepção geral e de forma sintética, esse fenômeno costuma ser visto como um evento não planejado, fruto exclusivamente da falta de informação e que vai prejudicar o futuro da menina. Mas um olhar para as garotas que vivem em locais de maior vulnerabilidade social mostra que ter um filho antes dos 19 anos pode ser uma decisão atrelada à vontade de ser reconhecida e de se estabelecer socialmente. “Uma leitura limitada e reducionista que atribui a não contracepção aos discursos da desinformação e do desinteresse não abarca as análises social e histórica intrínsecas a esse fenômeno”, explica Maria Luiza de Oliveira Jorge, uma jovem pesquisadora de 17 anos que fala com a autoridade de quem entende do assunto.

Moradoras da periferia da cidade de São Paulo, Maria Luiza e a amiga Eloísa Maria de Souza Falcão, da mesma idade, foram bolsistas de uma escola particular que estimula os alunos a desenvolver pesquisas científicas. Foi a chance que tiveram de suscitar uma discussão incomum para quem vive dentro dos limites do centro expandido. Em 2017, as duas realizaram um estudo de campo na Unidade Básica de Saúde (UBS) Jardim Vera Cruz, localizada no extremo sul da cidade de São Paulo. O experimento compreendeu a realização de 30 entrevistas com adolescentes grávidas ou que já eram mães. “Essa menina vive em um lugar social limitado e cerceado em muitos sentidos. É oprimida porque é mulher, é adolescente, é negra e vive na periferia. Nessa lógica, a maternidade é vista como a única forma de garantir um local social, mesmo conhecendo os ônus implicados nessa escolha”, diz Maria Luiza.

Na pesquisa, quando as adolescentes foram instigadas a refletir sobre a pessoa que eram an-

REALIDADE BRASILEIRA MOSTRA QUE A ESCOLA DEVE SER ENCARADA COMO UM ESPAÇO PRIVILEGIADO PARA EDUCAÇÃO SEXUAL, DIAGNÓSTICO QUE TEM SIDO IGNORADO PELO PODER PÚBLICO

tes e a pessoa que se tornaram após a gravidez ou do nascimento do filho, algumas construções foram comuns a quase todos os discursos: elas relacionam a experiência da maternidade como um fator para crescimento de responsabilidade, assim como a mudança no olhar sobre o meio e sua participação nele e a mudança de hábitos em virtude das novas condições de vida.

Entre os depoimentos, estão afirmativas como: “A criança me mostrou o que é o mundo de verdade, o que é lutar pelas coisas, se não fosse ela [a criança] eu ainda seria a mesma adolescente de antes, incapaz, chata, que criticava todo mundo”; ou essa que mostra o respeito conquistado na comunidade: “Depois que você é mãe, as pessoas te veem diferente, as mães são mais respeitadas do que quem não é mãe. Eu tenho um compromisso diferente no mundo, agora eu tenho que cuidar de um filho, as pessoas olham diferente”. Uma última sintetiza o pensamento dessas meninas-mães da periferia: “Mãe é guerreira, trabalhadora. É o título mais respeitado que eu tenho”.

E sabe o que mais há em comum entre elas? Todas as entrevistadas gestantes interromperam os estudos, sendo a gravidez a causa mais apontada. Mais uma razão para que a educação sexual que considera os contextos sociais e que está atrelada a outras políticas sociais esteja nos currículos escolares. Doa a quem doer, a realidade está posta aos olhos da sociedade.

“As políticas públicas devem trabalhar de acordo com demanda. Se existem índices altos de gravidez ou violência contra homossexuais, a escola precisa trabalhar esses temas. Não importa se você acredita que o seu filho não precise”, afirma Maria Helena. “A escola não trabalha com um, trabalha com o coletivo. Se tirar isso, retira-se o papel da escola.”

&



A Menina do Narizinho Arrebitado (1920), de Monteiro Lobato com ilustrações de Vinícius

MONTEIRO LOBATO

NOVO ENTENDIMENTO DA REALIDADE AO REDOR

texto JORGE CALDEIRA

E Em 2018, completados 70 anos da morte do autor, a obra de Monteiro Lobato entrou em domínio público. Nesse caso, não se trata apenas do cumprimento do tempo ritual: é obra relevante para a Nação, para o entendimento de nós mesmos. Por isso, é preciso começar pela justificativa de seu valor.

O núcleo central de sua produção tem a ver com um tema: a passagem de uma rica cultura oral, agrária e habitual para o mundo literário, urbano e normativo. E tudo isso feito por uma mentalidade empresarial e tomadora de risco. Essas definições valem tanto para a literatura infantil quanto para o restante de sua vida produtiva e obra fértil – mas a primeira exige certa precedência.

Antes de tudo, pelo portento imaginário. O *Sítio do Picapau Amarelo* resume em ambiente familiar um espaço para a criação da alma dos netos (que se identificam com os leitores infantis). Um achado e tanto. Com a exclusão do universo produtivo da geração intermediária dos pais, crianças (Pedrinho e Narizinho) e a geração da avó (Dona Benta e Tia Nastácia) podem misturar livremente fantasia, natureza e sociedade. Um sabugo erudito, o Visconde de Sabugosa, e uma boneca falante de pano, a Emília, funcionam como intermediários capazes de ligar esses mundos com grande plasticidade.

Seria o suficiente para muito escritor, mas essa construção era apenas uma parte de um projeto integral, que envolvia também a atividade empresarial. Os personagens do sítio ganharam letras no momento em que o autor investia pesadamente, apostando numa gráfica moderna para imprimir livros em massa. Para que tal projeto seja corretamente entendido, é preciso saber o que isso significava na década de 1920.

Segundo o censo daquele ano, apenas 28% dos 30,5 milhões de brasileiros – ou 8,4 milhões de pessoas – sabiam ler e escrever. As dez maiores cidades do País reuniam, somadas, apenas 10% da população total: 3 milhões de pessoas. Para completar, o negócio editorial era basicamente local, por causa das dificuldades de distribuição. O padrão eram tiragens mínimas, destinadas a um público quase familiar.

Monteiro Lobato sabia sobre o tamanho da exigência necessária para vencer o desafio de ser nacional e de massa nessa realidade fragmentada e elitizada. Tratava-se nada menos do que enfrentar a hercúlea tarefa de reinventar a língua, como deixou absolutamente claro num artigo sobre as relações entre a fala geral e o restrito registro dela pelos escritores, publicado em 1922. Ainda que escrevendo sobre teatro, expôs a receita do novo compromisso com a realidade nacional necessário para forjar, sem afrontar a gramática, uma sonhada língua brasileira:

“Um fator é essencial: a construção de uma prosódia brasileira. Havia a crença ridícula de que nossa prosódia não se prestava para o teatro. Prestava para o entendimento de 30 milhões de pessoas – para o teatro, não! O hábito inveterado de só termos por aqui, representando em português, companhias portuguesas, estabeleceu este dogma. Mas assim como, na literatura, a língua nacional, a língua geral deste país, a brasileira, filha da portuguesa, está batendo a progenitora, assim também no teatro o nosso linguajar, com seus modismos, com sua prosódia, baterá a língua lusa.”

Ele foi pioneiro e comandante dessa revolução. O monumental sucesso editorial de sua obra infantil – as vendas logo chegaram às centenas de milhares de exemplares, atingindo uma proporção significativa dos alfabetizados nacionais – permitiu que a renovada língua escrita servisse de veículo para transformar uma cultura dos costumes orais, antes desprezados, em fonte valorizadora da identidade brasileira para leitores de todo o tipo.

Os temas, o tratamento e o cenário vinham diretamente do campo e do costume geral do Brasil. Mas ganhavam vida pela forma urbana da indústria gráfica – que multiplicava industrialmente e com métodos inovadores de negócio a prosódia da fala popular, figuras arquetípicas como as do Saci e da Cuca, a pequena propriedade familiar e local do sítio, a universalidade fantástica da viagem ao céu ou do “pó de pirlimpimpim”.

VENDIDA EM BOTECOS E FARMÁCIAS, SUA OBRA INFANTIL PERMITIU QUE A RENOVADA LÍNGUA ESCRITA SERVISSE DE VEÍCULO PARA TRANSFORMAR UMA CULTURA DOS COSTUMES ORAIS, ANTES DESPREZADOS, EM FONTE VALORIZADORA DA IDENTIDADE BRASILEIRA PARA LEITORES DE TODO O TIPO

Tudo isso aconteceu conscientemente e antes da Semana de Arte Moderna de 1922. No que se refere ao domínio da prosa falada sobre as regras da escrita erudita, Mario de Andrade reconhece claramente, em *Aspectos da literatura brasileira*, a quem os modernistas deviam seu projeto:

“O modernismo no Brasil foi uma ruptura, foi um abandono de princípios e de técnicas consequente, foi uma revolta contra o que era a inteligência nacional. É muito mais exato imaginar que o estado de guerra na Europa tivesse preparado em nós um espírito de guerra, eminentemente destruidor. E que as modas que revestiram esse estilo foram, de início, diretamente importadas da Europa. Quanto a dizer que éramos, os de São Paulo, uns antinacionalistas, uns antitradicionalistas europeizados, creio ser falta de sutileza crítica. É esquecer todo o movimento regionalista aberto em São Paulo, e imediatamente antes, pelo movimento editorial de Monteiro Lobato.”

Pouco tempo depois, em 1924, Mario de Andrade precisou o tema numa carta que escreveu para Joaquim Inojosa:

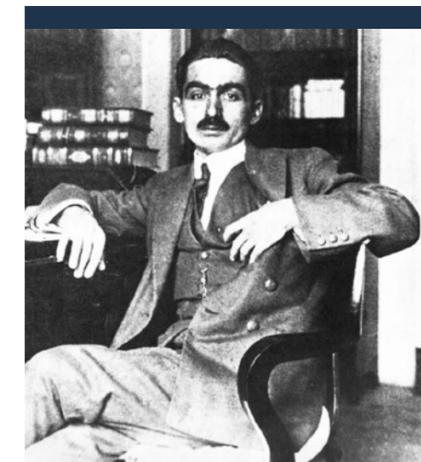
“Veja bem: abraqueiramento do brasileiro não quer dizer regionalismo nem mesmo nacionalismo – o Brasil pros brasileiros. Não é isso. Significa só que o Brasil, para ser civilizado artisticamente, entrar no concerto das nações que hoje em dia dirigem a civilização da terra, tem que concorrer pra este concerto com sua parte individual, que o singulariza e individualiza, parte essa única que poderá enriquecer e alargar a civilização.”

Essas duas longas citações de Mario de Andrade num curto perfil de Monteiro Lobato são necessárias para que se perceba o resultado transformador que o projeto teve no momento de sua criação. Por causa do tamanho das barreiras vencidas, a obra infantil do autor tem uma importância possivelmente maior que, por exemplo, a dos irmãos Grimm: registrou para a posteridade um mundo inteiro que vivia sem as letras; conquistou o público urbano; entrou na escola; e foi vendida em botecos e farmácias. Criou um novo cotidiano e um novo entendimento da realidade ao redor.

O destino miserável que esse tesouro teve após a morte do autor tem pouco a ver com ele. Monteiro Lobato sabia que o livro não era o único suporte possível para seu trabalho. Já em 1920, assinava roteiros para cinema e era muito antenado para ilustrações e quadrinhos.

Mas teve de enfrentar percalços empresariais de porte. O presidente Artur Bernardes atacou com fúria seu negócio editorial, levando-o a uma primeira falência, ainda nos anos de 1920. Ele se recuperou, mas perdeu grande parte de sua nova fortuna por revezes nas aplicações em ações nos Estados Unidos, com a crise de 1929. Acabou transferindo o controle de sua obra para uma editora. Depois da morte do autor, em 1948, começou uma grande briga entre os herdeiros, que queriam atualizar o legado, e o editor, que queria apenas explorar o filão sem investir.

Agora, um episódio pessoal para resumir. Trinta anos depois da morte, no fim da década de



Fonte: commons.wikimedia.org

1970, a TV Globo conseguiu atualizar a obra numa série televisiva que fez sucesso. Na esteira dele, obteve uma rara autorização para empregar os personagens de Lobato numa coleção de fascículos. Fui um dos redatores encarregados de contar os tesouros da literatura infantil mundial, empregando o Sítio do Picapau Amarelo como cenário geral e os personagens como narradores/participes. Cada fascículo trazia um conto universal (“A Bela Adormecida”, “Cinderela” etc.) e tinha como cenário o sítio e seus moradores na ação.

Conto o episódio por um motivo: o simples fato de se fazer tal coleção mostra a potência narrativa da obra de Monteiro Lobato, na época ainda imensa o suficiente para encapsular no imaginário brasileiro os similares mundiais.

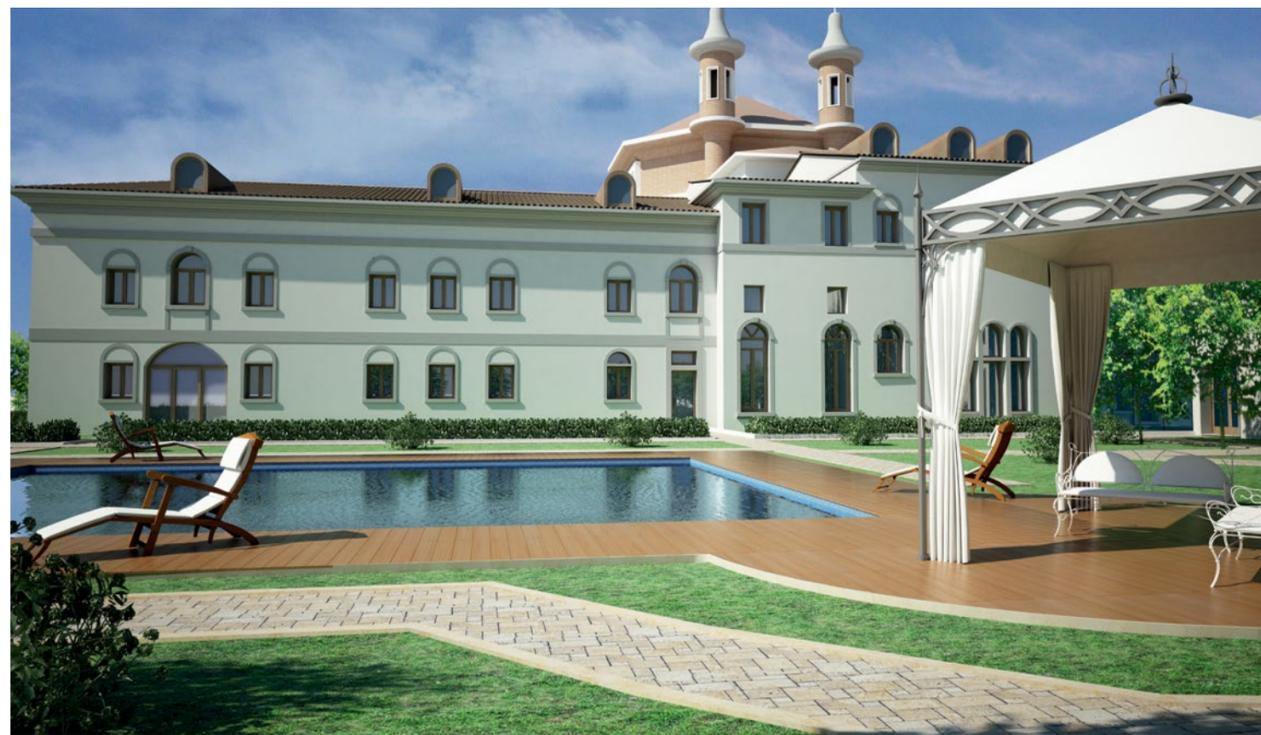
Para resumir o fim dramático: a obra de Monteiro Lobato foi canibalizada. Forçada ao formato fixo do texto escrito, acabou servindo de pasto para discussões jurídicas identitárias. Meus netos não sabem e não saberão com quanto talento se fez o portento da língua escrita com prosódia nacional pela qual se comunicam – e perderão uma leitura maravilhosa.

&



VENETIA DOMUS
ISOLA DI PELLESTRINA - VENEZIA
Quality of Life is the Key

*Tradução do título: a vida é melhor em Veneza. Nós reservamos o direito de corrigir eventuais erros de digitação, preço e descrição. **preço referencial, o valor oficial será apresentado pelo vendedor em moeda corrente nacional, utilizando este, o câmbio oficial na data da celebração do negócio CRECI 171382



Apartamentos em **Veneza - Itália** com acesso direto ao canal e à praia, **à partir de EUR 240.000 (€ - EUROS)****



Compra e venda de imóveis para
você viver, investir ou se divertir.

ALPHAVILLE | MIAMI | ORLANDO
RIO DE JANEIRO | SÃO PAULO | VENEZA

 /cm.realestate

 /castanomartorani

www.castanomartorani.com

O BRASIL PRECISA DE UMA TRANSFORMAÇÃO DIGITAL

Se usássemos nas grandes cidades brasileiras ideias de Madri ou Barcelona, estaríamos adotando muitas ideias de controle tecnológico para tráfego e poluição. Se trouxéssemos para cá os conceitos de educação inovadora de Singapura, nossas escolas públicas já estariam mais bem equipadas e pensando o futuro. Mais que tudo isso: se o Brasil adotasse de fato uma agenda digital, um programa para inovar nos serviços públicos, teríamos uma economia de 97% nos custos (segundo dados de PNAD/IBGE). Tudo isso está ao nosso alcance, mas o País precisa evoluir com esse diálogo.

Podemos começar apontando os problemas para entender como resolvê-los. Não há, por exemplo, acesso à internet em todos os pontos do território nacional, o que é vital para a inclusão e o exercício da cidadania. Não existe também intenção firme em observar dados coletados nos serviços públicos, como em hospitais e escolas. E, sim, é preciso observá-los para saber como agir, como prevenir e como atuar quanto às políticas sociais.

Exemplo: uma prefeitura deve entender como funciona cada bairro para organizar matrículas dos alunos sem deixar crianças sem aulas; deve conhecer os caminhos da população para determinar as linhas de ônibus; deve manter um controle sobre a iluminação das ruas em prol do uso racional e economia e sobre o tempo das filas nas unidades básicas; e ter um monitoramento de segurança eficiente que previna crimes. A tecnologia resolveria muito disso, mas existem as barreiras.

Primeiro, há a barreira legal – uma falta de estrutura jurídica que estimule novas práticas e novas abordagens na solução de desafios enfrentados não só por gestores do setor, mas também pelo Poder Judiciário e pelo Ministério Público. E existe a barreira cultural, relacionada à atuação dos agentes públicos: limitados pela barreira legal e agarrados na estabi-

lidade, eles têm pouco estímulo para agir de forma diferente (pela complexidade de tarefas ou porque “as coisas são desenvolvidas assim há anos da mesma forma”).

A tecnologia – especialmente quando oferecida por novas empresas, como as startups e suas soluções criativas – ainda é vista como algo complexo, caro, que traz certa desconfiança. No Brasil, ainda vivemos uma cultura de receio com as mudanças – e área na qual os agentes deveriam inovar, mas são poucos os que se debruçam sobre novas saídas.

PARA PROMOVER AS MUDANÇAS

Entretanto, sabemos que inserir novas práticas ou acelerar os processos é garantido inclusive pela Justiça, como a Lei de Inovação. Editada originalmente em 2004, a Lei n.º 10.973 tem como objetivo orientar a participação do Poder Público no processo de inovação, pesquisa e desenvolvimento tecnológico, sugerindo que ele poderia atuar como agente indutor de melhorias nessas áreas em parceria com o setor privado. Prefeitos e governadores, além do âmbito federal, podem (e devem) se amparar nela para criar caminhos.

Exemplos existem. Aqui mesmo, aliás. São pontuais, mas eficientes: podemos citar a existência do Poupatempo no Estado de São Paulo, com cem por cento de avaliação positiva em um terço de suas unidades; o estacionamento digital implantado em algumas cidades nacionais; e os *bots*, que começam a surgir em Brasília (como Victor, responsável por converter imagens em textos, atuando sobre o acervo e agilizar processos no Superior Tribunal Federal).

Ferramentas e serviços digitalizados como esses não deveriam ser exceções, mas a regra de uma nação que deseja não apenas praticidade no futuro, como também segurança das informações, economia nos processos e, mais do que tudo, o atendimento que o cidadão brasileiro merece.

&



LETÍCIA PICCOLOTTO

é mestre em Ciências Sociais, especialista em Gestão Pública pela Harvard Kennedy School e fundadora do BrazilLAB, a única plataforma brasileira que conecta startups e governos para estimular a inovação no setor público.



SOFRIMENTO INCOMPREENSÍVEL

texto SILVIA KOCHEN | ilustração PEDRO VÓ

U

Uma epidemia invisível se alastra pelo mundo e já atinge 322 milhões de pessoas de todas as idades, segundo estimativas da Organização Mundial de Saúde (OMS). Esse mal é a principal causa de incapacidade para o trabalho e provoca cerca de 800 mil mortes ao ano em todo o globo. Trata-se da depressão.

Ela pode ser leve, moderada ou grave. É descrita como uma tristeza persistente, que resulta em incapacidade de sentir prazer na vida, sentimento de exaustão e perda da capacidade de concentração. Por ser frequentemente qualificada como “frescura” ou fraqueza, o deprimido se sente incapaz de reagir e procurar ajuda profissional. O sofrimento, então, pode se agravar e, na pior das hipóteses, levar à morte por suicídio.

No Brasil, mais de 14,1 milhões de pessoas apresentam diagnóstico de transtornos mentais, avalia o Ministério da Saúde com base na Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) de 2013. O levantamento aponta que 7,6% das pessoas com mais de 18 anos foram diagnosticadas com depressão por profissionais de saúde mental, o que representa um total de 11,2 milhões de adultos.

AValiação

Embora esses números indiquem a necessidade de políticas públicas focadas no tratamento da depressão, há indícios de que o problema é subavaliado. O médico Wang Yuan Pang, pesquisador associado do Núcleo de Epidemiologia Psiquiátrica da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP), participou de um estudo internacional sobre transtornos mentais que realizou em torno de 5 mil entrevistas na região metropolitana de São Paulo entre 2005 e 2007.

“O projeto, idealizado pela Universidade Harvard, começou em 1995 com levantamento sobre saúde mental nos Estados Unidos e, depois, a partir dos anos 2000, foram incluídos outros países na sondagem”, explica Pang. Foi aplicado questionário uniformizado para que todos os locais pudessem ser avaliados com os mesmos critérios.

No Brasil, a ideia era fazer um levantamento nacional, mas por falta de recursos, o estudo fi-

cou limitado à Grande São Paulo, que concentra 21,4 milhões de indivíduos, praticamente 10% da população brasileira, estimada em 207,7 milhões de pessoas, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O resultado mostrou que praticamente 30% dos moradores da região sofrem de algum tipo de transtorno mental, dos quais 19,9% têm ansiedade e 9,9%, depressão. Isso significa que, na região metropolitana de São Paulo, há em torno de 2 milhões de pessoas com depressão. A taxa da doença se assemelha à dos países desenvolvidos, observa Pang.

O especialista frisa que “apenas 37% das pessoas com depressão procuram algum tratamento. Os motivos são vários. Vão desde a falta de motivação para buscar ajuda até o estigma associado ao transtorno mental, visto como algo socialmente negativo, uma coisa de louco”. Quando procuram algum auxílio, é porque a doença está provocando um nível de sofrimento que ultrapassa a barreira do suportável.

A psicóloga Dóris Peçanha, do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), explica que o deprimido tem muita dificuldade para identificar a doença. Ela relata o caso de uma paciente que, durante consulta com o ginecologista, fez apenas observações negativas, como o dia estar ruim, ter enfrentado muito trânsito etc. O médico diagnosticou a depressão e a encaminhou ao especialista. Foi uma surpresa para a mulher. Na terapia, ela acabou por perceber que a frustração dos seus sonhos profissionais a havia empurrado para o estado depressivo.

DEPRESSÃO REATIVA E “VERDADEIRA”

Estima-se que a depressão afete pelo menos 60% das pessoas em algum momento da vida, segundo Dr. Wang. Normalmente, o mais comum é aparecer entre a segunda e terceira décadas de vida. A probabilidade de a pessoa ser acometida por depressão aumenta na faixa dos 50 aos 60 anos, período com mais incidência de acontecimentos que possam detonar processos depressivos, como viuvez, aposentadoria, perdas de amigos e do convívio social, menopausa etc.

Até o início da década de 1980, a depressão era dividida em dois tipos, explica o psiquiatra Roberto Tykanori Kinoshita, ex-coordenador da área de saúde mental do Ministério da Saúde e professor da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). O primeiro era a depressão reativa, em resposta a algum evento da vida, que podia ser a perda de um ente querido ou alguma situação traumática, como assalto ou sequestro-relâmpago. O segundo era a depressão “verdadeira”, de causa orgânica, provocada pela falta de serotonina, substância neurotransmissora que atua no humor e em vários processos cerebrais.

Naquela época, o tratamento era à base de psicoterapia e, eventualmente, havia suporte adicional de medicamentos quando se detectava a insuficiência de serotonina. Foi nesse momento que a indústria farmacêutica começou a investir pesadamente no desenvolvimento de psicofármacos e, também, em mecanismos para convencer médicos a receitá-los.

Assim, foi construído o conceito de que a causa essencial da depressão era a falta de serotonina e que a solução estava na medicação, que supriria a substância no organismo. No entender de Kinoshita, o grande problema é que “se criou a ideia de que todo mundo poderia se beneficiar com o fármaco, e o viés medicamentoso começou a dominar a psiquiatria”.

O protocolo atual para o tratamento da depressão é a prescrição de remédio. Quando não funciona, passa-se a outro até “acertar a



medicação correta”. Entretanto, diz Kinoshita, 80% das pessoas não se beneficiam com o uso de antidepressivos.

VIDA MODERNA

A vida moderna vem contribuindo para o aumento da depressão. Carros, computadores e celulares diminuíram drasticamente o consumo de energia na execução de tarefas, alterando o desempenho do corpo e os ritmos biológicos e levando ao sedentarismo crescente. “As mudanças na economia, a partir da década de 1990, também contribuíram para a depressão, pois criaram um desemprego estrutural que deixou os empregados em estado de constante tensão, e os desempregados, marginalizados”, observa Roberto Kinoshita.

Dóris Peçanha, da UFSCar, informa que é cada vez mais comum o assédio moral no trabalho, que resulta em contínua angústia. Ela observa que também existem grupos de risco para a depressão, principalmente os que têm seus direitos básicos constantemente desrespeitados, como os LGBTs. O perigo é maior também para os que são expostos à violência ambiental, como os moradores de áreas negligenciadas pelo Poder Público e sujeitos a epidemias, violência urbana, maus tratos etc. “Isso explica o alto índice de depressão no Brasil, que é o maior na América Latina.”

POLÍTICAS PÚBLICAS

Em 2015, transtornos depressivos foram responsáveis por 7,5% dos afastamentos no trabalho em todo o mundo e o maior fator isolado de incapacidade laboral, segundo estimativas da OMS. No Brasil, entre 2012 e 2016, o Ministério da Saúde investiu mais de R\$ 5 bilhões em obras e custeio

dos estabelecimentos da Rede de Atenção Psicossocial (Raps) em todo o País e R\$ 124 milhões para financiar consultórios de rua no âmbito da Política Nacional de Saúde Mental, segundo informações do próprio Ministério.

Especificamente para depressão, foram registrados 15.231 atendimentos ambulatoriais e 14.428 internações em 2015; e 16.398 e 13.872, respectivamente, em 2016, informa o Ministério. Os dados preliminares para 2017 indicam 9,14 mil atendimentos ambulatoriais e 7.398 internações. Mas como a doença não é de notificação obrigatória, os números, que caíram de maneira acentuada, podem estar subdimensionados. O tratamento é gratuito pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

Rodrigo Fonseca Martins Leite, diretor dos ambulatórios do Instituto de Psiquiatria do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP) e ex-coordenador da rede de Centros de Atenção Psicossocial (Caps) da região metropolitana de São Paulo, explica que há grande dificuldade em prestar atendimento a pessoas com depressão por causa, principalmente, da desinformação. “Há um desconhecimento generalizado de como o SUS funciona e de que as pessoas podem ter atendimento gratuito também para depressão.”

Leite explica que o Caps é um serviço de portas abertas que funciona das 7h às 19h, com equipe multidisciplinar para acolher, basicamente, três tipos de público: o infanto-juvenil, o adulto e o que tem problemas com álcool e drogas. Normalmente, são pessoas com dificuldades de inserção social que iniciam tratamento por pressão da família ou porque não aguentam o sofrimento causado pela doença.

“AS MUDANÇAS NA ECONOMIA, A PARTIR DA DÉCADA DE 1990, TAMBÉM CONTRIBUÍRAM PARA A DEPRESSÃO, POIS CRIARAM DESEMPREGO ESTRUTURAL, QUE DEIXOU OS EMPREGADOS EM ESTADO DE CONSTANTE TENSÃO, E OS DESEMPREGADOS, MARGINALIZADOS.”

ROBERTO TYKANORI KINOSHITA,
ex-coordenador da área de saúde mental
do Ministério da Saúde e professor da Universidade
Federal de São Paulo (Unifesp)

Ele lembra do caso de uma paciente de 56 anos com depressão crônica desde a juventude. Ela vivia em ambiente de violência doméstica, com o marido alcoólatra e o filho envolvido com drogas. “No caso dela, tivemos sucesso com psicoterapia associada a tratamento medicamentoso, além de envolver o marido em tratamento contra o alcoolismo.” Ele conta que a paciente melhorou com atividade artística (pintura de quadros) e depois de quatro ou cinco anos seu caso foi encaminhado para uma Unidade Básica de Saúde (UBS).

Leite observa que não há programa específico para todos os tipos de transtornos mentais no Brasil, apenas uma política genérica de saúde mental. Ele acredita que não adianta tratar a depressão de forma isolada porque, frequentemente, o problema é de vulnerabilidade social.

Segundo Pang, depressões leves podem ser curar sozinhas com o tempo, mas as moderadas e graves necessitam de algum tipo de aten-

dimento. Ele calcula que o número de pessoas na Grande São Paulo que estejam nessa condição chegue a 1 milhão. O problema é que não há psiquiatras em número suficiente para atender tanta gente. Por isso, o profissional acredita que a solução seria capacitar clínicos gerais a detectar a depressão e medicar os casos mais simples, encaminhando os demais para atendimento especializado.

Os medicamentos para ansiedade e depressão, porém, causam níveis sérios de dependência e, por isso, só deveriam ser receitados por médicos psiquiatras e com muito cuidado, argumenta Kinoshita. Segundo ele, a depressão “verdadeira”, aquela resultante de falta de serotonina, atinge apenas 2% da população. Já a reativa pode atingir qualquer um, mas é um problema diferente e não deve ter o mesmo tratamento.

O professor da Unifesp diz que há excesso de consumo de psicotrópicos (antidepressivos e ansiolíticos) no Brasil porque são prescritos por médicos não especialistas. “Neurologista não prescreve medicação hormonal, por exemplo, porque não se sente autorizado, mas qualquer um receita antidepressivo.”

Para Kinoshita, os casos de depressão reativa seriam mais bem tratados com outras alternativas terapêuticas, como psicoterapia clássica, respeito ao biorritmo (evitando turnos de trabalho de madrugada e noites mal dormidas, por exemplo), prática de esportes e até mesmo meditação.

Dóris lembra que o contato com a natureza, como caminhada em parques, tem grande efeito terapêutico. “Para vencer a depressão, é preciso se reconectar com o seu eu mais profundo, e isso pode ser conseguido com boa alimentação, atividade física e sol.” Para isso, é importante levar informação adequada a todos.

&



CINEMA NOVO

“O homem nessa terra só tem validade quando pega nas armas para mudar o destino.” A emblemática frase, dita pelo ator Othon Bastos na pele do cangaceiro Corisco, no filme *Deus e o diabo na terra do sol*, resume o que foi o movimento do Cinema Novo na década de 1960: um punhado de jovens cineastas armados com uma câmera na mão e ideias na cabeça para mudar o Brasil e o mundo por meio de seus filmes.

texto HERBERT CARVALHO | ilustração TIAGO ARAUJO



Foi um tempo de intensas transformações em um País que deixava de ser predominantemente rural para se industrializar e urbanizar. Na esteira do governo desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek, que construiu Brasília e implantara a indústria automobilística, o Brasil se tornou bicampeão mundial de futebol e encantava o mundo com o balanço da bossa-nova.

Naquela que foi a grande arte do século 20, porém, o País não encontrava seu caminho: para enfrentar a presença maciça e agressiva do filme estrangeiro no mercado interno – que ainda hoje é superior a 80% nas 2 mil salas de exibição –, o cinema brasileiro fracassara ao tentar reproduzir os padrões industriais, os valores e a linguagem estética dos grandes estúdios cinematográficos de Hollywood.

Companhias como Vera Cruz e Cinédia haviam fechado as portas na década de 1950, e a Atlântida, principal produtora das chanchadas, fazia o mesmo em 1962, pois o gênero de

comédia pastiche que projetou astros como Oscarito e Grande Otelo havia migrado para a cada vez mais onipresente televisão.

Na ótica daqueles que iriam revolucionar o modo de fazer filmes no Brasil, o cinema industrial falsificava a realidade brasileira ao mostrar belos atores em cenários paradisíacos, ao mesmo tempo que ocultava as contradições regionais e sociais de um País profundamente desigual ainda marcado pelas chagas de um passado escravista.

Influenciados pela Revolução Cubana e inconformados com o subdesenvolvimento e o colonialismo cultural imposto aos países periféricos do capitalismo, os diretores do Cinema Novo decidiram que era hora de colocar nas telas os autênticos personagens do povo brasileiro: o trabalhador urbano, o camponês, o pescador e o morador das favelas.

Aproveitaram as inovações tecnológicas que tornavam mais leves os equipamentos de filmagem e subverteram a lógica industrial – que encarecia as produções – com técnicas artesanais,

O TRABALHADOR URBANO, O CAMPONÊS, O PESCADOR E O MORADOR DAS FAVELAS ERAM OS AUTÊNTICOS PERSONAGENS DO POVO BRASILEIRO PARA OS DIRETORES DO CINEMA NOVO

como som direto e luz natural, empregadas por equipes reduzidas que partiam com a célebre câmera na mão para filmar e captar imagens nas áreas rurais, urbanas ou litorâneas. A tática era semelhante às da guerrilha no enfrentamento de adversários mais numerosos e mais bem armados (no caso, o cinema industrial e os filmes estrangeiros), e ainda tinha a vantagem de criar formas narrativas inovadoras, diferentes dos padrões estéticos dominantes.

INFLUÊNCIAS

Três filmes do início do movimento, produzidos ao mesmo tempo, são paradigmáticos dessa nascente identidade cinematográfica brasileira: *Deus e o diabo na terra do sol*, do baiano Glauber Rocha, mostra a saga de um vaqueiro a vagar pelo sertão com a mulher após matar o patrão; *Os fuzis*, de Ruy Guerra (vencedor do Urso de Prata na categoria “Direção” no Festival de Berlim em 1964), em que soldados têm a tarefa de impedir o saqueio de armazéns por retirantes esfomeados; e *Ganga Zumba*, de Cacá Diegues, relato da vida do escravo que se torna um dos líderes do Quilombo dos Palmares. Os dois primeiros são, até hoje, os filmes brasileiros mais cultuados no exterior, segundo registros do livro *30 anos de Cinema Novo*.

O epicentro do movimento foi o Rio de Janeiro, ainda sede das embaixadas que forneciam as cópias dos filmes do Realismo socialista soviético, do Neorealismo italiano e da Nouvelle

Vague francesa, fontes de influência que os ávidos cinéfilos e futuros cineastas cultuavam em cineclubes universitários.

Na então capital da República, tinham sido feitos na década de 1950 dois filmes de Nelson Pereira dos Santos inspirados pelo Neorealismo italiano e considerados precursores do ciclo liderado por Glauber e seus amigos: *Rio 40 graus*, que narra o cotidiano de meninos favelados vendedores de amendoim, e *Rio zona norte*, sobre as vicissitudes de um compositor popular.

Nos anos de 1960, o diretor se integraria ao Cinema Novo com uma obra-prima: *Vidas secas*, adaptação do romance homônimo de Graciliano Ramos, único filme brasileiro a ser indicado pelo British Film Institute (órgão fundado em 1933 para incentivar o desenvolvimento das artes cinematográficas no Reino Unido, possui o maior acervo cinematográfico do mundo, com mais de 50 mil filmes) como uma das 360 obras fundamentais em uma cinemateca. Responsável por mostrar aos jovens colegas como fazer cinema sem muito capital ou grandes equipes, Nelson colaborou diretamente com eles, por exemplo, ao montar *Barravento*, primeiro longa-metragem de Glauber Rocha, rodado na Bahia.

Ainda no Rio de Janeiro atuava o mais importante Centro Popular de Cultura (CPC), braço cultural da União Nacional dos Estudantes (UNE), criado no calor das lutas travadas em 1961 pela posse do presidente João Goulart, que os milita-

DE PAI PARA FILHO

Embora muitos livros e trabalhos acadêmicos tenham sido escritos sobre o tema, um filme, como não poderia deixar de ser, é a melhor forma de se conhecer e entender o que foi a revolução cinematográfica liderada por Glauber Rocha. O documentário *Cinema Novo* cumpre esse papel até por uma questão de DNA: foi feito pelo filho de Glauber, Eryk Rocha, que nasceu em Brasília, em 1978, e estudou cinema na Escola San Antonio de Los Baños, em Cuba.

Além de uma miríade de recortes dos filmes da época – e também de outros precedentes e posteriores ao período retratado –, o que se destaca na obra são as imagens inéditas, muitas oriundas de arquivos e acervos pessoais das famílias dos cineastas, mostrando as reuniões que faziam, testemunho visual da coesão do grupo.

Os depoimentos apresentados também foram colhidos no calor da hora, e muitos contrastam com a trajetória posterior do entrevistado. Assim, é possível ver um jovem Arnaldo Jabor deblaterando “contra a tomada do mercado pelas companhias estrangeiras”. Uma realidade ainda presente e que Paulo Emilio Salles Gomes, fundador da Cinemateca Brasileira, denuncia em seu depoimento: “O cinema brasileiro, marginal no próprio território, tem que encontrar o seu mercado, e não ser uma espécie de mendigo ou pedinte”.



res tentaram impedir em uma espécie de ensaio do golpe, consumado três anos depois.

Fortemente influenciado pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), naqueles anos em que o pano de fundo era a Guerra Fria entre Estados Unidos e União Soviética, o CPC pregava a arte engajada para conscientizar o povo. O Departamento de Cinema do CPC produziu apenas dois filmes – e um deles pela metade, pois seria interrompido pela ditadura militar –, mas ambos se tornaram marcos fundamentais do cinema nacional.

O primeiro foi *5x favela*, que teve três de seus episódios entregues a diretores icônicos do Cinema Novo: “Escola de samba, alegria de viver”, estreia de Cacá Diegues na direção; “Couro de gato”, de Joaquim Pedro de Andrade, que logo faria o célebre documentário *Garrincha, alegria do povo*; e “Pedreira de São Diogo”, de Leon Hirszman, responsável por projetar, em seu primeiro filme de ficção, a atriz Fernanda Montenegro, protagonista de *A falecida*, adaptação da peça de Nelson Rodrigues. O pioneirismo do CPC rendeu frutos anos depois: em 2010, a versão intitulada *5x favela – agora por nós mesmos* seria o primeiro longa-metragem brasileiro totalmente concebido, escrito e realizado por jovens moradores de favela.

Trajetória insólita teria *Cabra marcado para morrer*, documentário do CPC sobre a questão agrária. A cargo de Eduardo Coutinho, que se tornaria o mestre desse gênero de cinema no Brasil, as filmagens foram interrompidas pelo golpe de 1964, quando faziam a reconstituição do assassinato, a mando de latifundiários, de um líder das Ligas Camponesas. Membros da equipe foram presos, e o restante se dispersou. Concluído 20 anos depois, em 1984, quando Coutinho localizou testemunhas e participantes do episódio, o filme ganhou diversos prêmios e entrou na lista dos cem melhores filmes brasileiros da Associação Brasileira dos Críticos de Cinema (Abraccine). A narração é do poeta Ferreira Gullar.

★

**FITAS DO REALISMO
SOCIALISTA SOVIÉTICO,
DO NEORREALISMO
ITALIANO E DA NOUVELLE
VAGUE FRANCESA
INFLUENCIARAM AQUELES
ÁVIDOS CINÉFILOS
E FUTUROS CINEASTAS,
QUE SE OPUNHAM
AO COLONIALISMO
CULTURAL IMPOSTO
AOS PAÍSES PERIFÉRICOS
DO CAPITALISMO**

—————

PATRIMÔNIO CULTURAL

A intensa sociabilidade entre os integrantes do Cinema Novo foi outra marca do movimento, facilitada pelas características em comum de serem, na quase totalidade, estudantes universitários de classe média engajados tanto nas lutas culturais como nas políticas, que na época se entrelaçavam.

Mais uma vez, o Rio de Janeiro, com sua zona sul repleta de bares, oferecia o ambiente boêmio para fazer com que arte, utopia e revolução se encontrassem. Fotos e vídeos da época mostram as relações de amizade diante dos copos de chope, testemunhas dos roteiros realizados ou apenas imaginados, das trocas de ajuda mútua para enfrentar a escassez de recursos, do firme propósito enunciado por Glauber Rocha: “Queremos fazer filmes de autor, quando o cineasta passa a ser um artista comprometido com os grandes problemas de seu tempo. Queremos filmes de combate para construir no Brasil um patrimônio cultural”.

Dessa forma, esses cineastas davam continuidade à construção da identidade do povo brasileiro, que os modernistas de 1922 iniciaram por meio da literatura. Não por acaso coube a Joaquim Pedro de Andrade, filho de Rodrigo Mello Franco de Andrade, amigo íntimo de Mário de Andrade, transpor para o cinema, em 1969, a mais emblemática obra do modernismo, *Macunaíma*, com Grande Otelo no memorável papel do herói sem nenhum caráter.

O Cinema Novo também foi protagonista da bizarra aliança entre o que na época era chamado de “burguesia nacional” e aquilo que hoje seria classificado como “marxismo cultural”. Isso porque, quando ainda nem sequer se sonhava com o patrocínio por meio de leis de renúncia fiscal, coube a José Luiz de Magalhães Lins, um dos donos do Banco Nacional de Minas Gerais, financiar diversas produções dos jovens diretores.

Para garantir o retorno do investimento,



Fonte: Arquivo Nacional

Ruy Guerra (no alto), Glauber Rocha e Cacá Diegues: vontade de fazer filmes comprometidos com os grandes problemas de seu tempo

MUITO ANTES DOS CEM DIAS

Seguindo a tradição brasileira, o governo começa a usar mais retórica do que recursos de poder. A linguagem provoca controvérsia, mas não põe em ação nenhum acontecimento que possa definir qual é o objetivo estratégico do governo empossado em janeiro último. Não é possível aquilatar se o presidente enfrentará ou recuará das correntes de força que provoca e se terá capacidade de lidar com os furacões que atrai. Até agora, toca do seu jeito, parecendo disposto a enfrentar grandes riscos para si mesmo e para o País.

Sem sentimentos partidários, por enquanto é um alto comando militar que predomina no seu entorno e que serve de abrigo antiaéreo para evitar se ferir com os estilhaços que o atingem, por culpa própria. Mas é bom lembrar que escudos viram alvo, e, como diz Churchill, ninguém segura governo que insista em ser “firme na deriva, sólido na fluidez, onipotente na impotência”.

O otimismo com a agenda liberal é alto na sociedade. A agenda moralista é uma incógnita e um risco explosivo para quem não é indiferente à popularidade. O presidente ainda se protege porque a identidade coletiva de nosso povo é feita independentemente do sistema político. A visão crítica do Estado como principal fator de enriquecimento ilícito permanece. A ausência da escola como formadora do caráter nacional continua.

De maneira geral, sempre estamos dois passos atrás da democracia. A maior oferta do poder ainda é o favor e a boa vontade, agravada pelo fato de o lobby não ser regulamentado. E uma declaração do presidente em março confirma que seu governo não aceita que, na hierarquia

da democracia, o poder da sociedade se sobreponha ao do Estado – uma grande contradição com a filosofia liberal. Se nossa sociabilidade continuar baseada em rede de contatos pessoais, favores e acomodações, o governo nada mudará, somente vai testar seus limites. Até a última jactância desagradável do Carnaval, quando, de forma nua e crua, o presidente levou à indecência suas opiniões, deve ser vista como improvisação na sua posição mais alta. Passa batido porque a formação da opinião pública hoje é diária, coloca o cidadão sob constante escrutínio e o armazena num arquivo customizado no qual está aprisionada sua imagem de “seguidor”, para vazá-lo como estatística por algum mecanismo de busca. A internet tornou o cidadão um mendigo faminto por bobagens.

Estamos vivendo o colapso do contexto. Formar maioria conservadora na sociedade para usá-la como pressão cultural-moral sobre a política não ajuda em nada a agenda liberal no parlamento. Para obter disciplina partidária no Congresso e lidar com vigor a fim de mudar os fundamentos da economia altamente artificial que nos domina, como prega a equipe econômica liderada por Paulo Guedes, é preciso ser o fiel da balança e tomar atitudes que correspondam aos fatos.

Não é costume desafiar o líder no auge do seu triunfo. Essa é a teoria da trégua dos cem dias. Mas qual a capacidade da agenda governamental melhorar a vida das pessoas? Um alerta: a avaliação positiva da imagem do presidente é quase 20% melhor do que a avaliação do seu governo. Sinal de que o “novo País” não é uma construção fácil.

Não há uma equação clara do que virá, pois o choque de realidade ainda não alterou os hábitos de campanha. Tampouco juntou votos para aprovar a Reforma da Previdência. A maioria absoluta do Brasil quer que o presidente dê certo. Mas se não surgir um circuito de lucro e produtividade no horizonte das reformas, o pior para o governo será sentir a água se acumular atrás do dique dos insatisfeitos, por não ter base política para fazê-la correr para o moinho das mudanças.

&



PAULO DELGADO

é copresidente do Conselho de Economia, Sociologia e Política da FecomercioSP

A

A REFORMA DA PREVIDÊNCIA E O FUTURO DA ECONOMIA BRASILEIRA

Depois de muitas idas e vindas, o governo encaminhou ao Congresso o projeto de Reforma da Previdência. Três questões chamam a atenção nesse processo: em vez de “congestionar” o Congresso com muitas propostas, a equipe econômica corretamente concentrou seus esforços naquela que é a mais importante das reformas: a economia prevista é de R\$ 1,1 trilhão, suficiente para resolver a questão por vários anos, e a introdução de mecanismos redistributivos (“quem ganha mais, paga mais”) atenta para um importante aspecto até então pouco explorado e que vai ajudar a vencer resistências.

A inevitabilidade da Reforma da Previdência pode ser percebida por alguns números: o déficit estimado para 2019 é de R\$ 292 bilhões; as despesas apenas com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) saíram de 3,3% do produto interno bruto (PIB) em 1991 para 8,5% atualmente; os gastos totais com Previdência (INSS mais o setor público) atingem 14% do PIB no Brasil, contra 8,1% nos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico ou Econômico (OCDE); quase a totalidade dos países não tem aposentadoria por tempo de contribuição, apenas por idade, e mesmo olhando a questão distributiva, nota-se que a maior parte dos brasileiros que recebem benefício de um salário mínimo se aposenta por idade, isto é, aos 65 anos para os homens e 60 para as mulheres.

É improvável que o Congresso aprove integralmente a proposta. Vale observar, porém, que

a aprovação de parte substancial da reforma é uma condição necessária para que o País acelere seu ritmo de crescimento. Isso porque cria esperanças (o ano de 2018 mostrou a importância das expectativas nas decisões dos agentes econômicos), estimulando a retomada dos investimentos; atrai capitais estrangeiros imprescindíveis principalmente na área de infraestrutura – lembrando que o Brasil tem baixa capacidade de poupança –; e a solução para a questão do déficit público permitirá reduzir estruturalmente as taxas de juros na economia nacional.

Por outro lado, a não aprovação das reformas (ou mesmo uma aprovação muito “desidratada”) terá consequências desastrosas. Ao longo dos últimos anos, o gasto público cresceu 6% ao ano, em termos reais, sendo a Previdência o principal fator de expansão. A manutenção desse cenário levaria em curto e médio prazos a quatro cenários possíveis: a. emissão de moeda para cobrir o crescente rombo fiscal, com a volta de um processo inflacionário crônico; b. aumento contínuo de impostos, inviabilizando o setor privado, já sufocado pela excessiva carga tributária, a maior entre os países emergentes; c. deixar de pagar os beneficiários, como já acontece no Rio de Janeiro, em Minas Gerais e no Rio Grande do Sul; d. emissão de títulos para cobrir o déficit, levando a um crescimento explosivo da já elevadíssima dívida pública, e consequente *default*.

Portanto, a Reforma da Previdência é uma condição necessária, mas não suficiente para acelerar o ritmo de crescimento nacional. É um primeiro passo, e o mais importante, mas terá que vir acompanhado de ampla Reforma Tributária (que, além da simplificação, estimule exportações e investimentos), cortes drásticos de subsídios, independência (de direito) do Banco Central, maior abertura da economia, melhora do ambiente de negócios e retomada dos investimentos em infraestrutura.

Todas essas questões estão no “radar” da equipe econômica, mas, neste momento, é preciso concentrar esforços numa reforma que está pelo menos 20 anos atrasada. Mas, como diz o ditado: “Antes tarde do que nunca”.

&

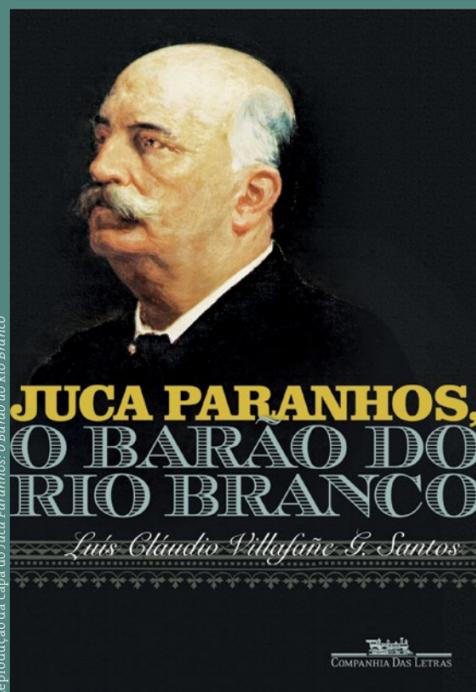


ANTONIO LANZANA

é copresidente do Conselho de Economia, Sociologia e Política da FecomercioSP e professor da Universidade de São Paulo (USP) e da Fundação Dom Cabral

O BRASIL QUE O BARÃO NOS DEIXOU

JUCA PARANHOS: O BARÃO DO RIO BRANCO (COMPANHIA DAS LETRAS), DE LUÍS CLÁUDIO VILLAFANE G. SANTOS, ESMIÚÇA A VIDA DO MAIOR DIPLOMATA DA HISTÓRIA BRASILEIRA.



Reprodução da capa do Juca Paranhos, o Barão do Rio Branco

texto MARCO CHIARETTI

I

Infeliz é o país que precisa de heróis – e bem-aventurado aquele que tem bons diplomatas. Poucos lugares do mundo deveram tanto a um só homem, ao menos no que diz respeito ao desenho de suas fronteiras. Um desses lugares é o Brasil. Nosso herói anti-brechtiano se chamou José Maria da Silva Paranhos Júnior no batismo; depois, Juca, Juca Paranhos, Paranhos Júnior, Paranhos, Barão do Rio Branco, José Maria da Silva Paranhos do Rio Branco, Rio Branco. Ou, simplesmente, o Barão. Um homem que, sem dar um tiro, definiu nossas fronteiras e colocou nossa diplomacia em lugar de destaque no mundo.

Em seu tempo, o *Barão* era considerado infalível. Como lembra o também diplomata Rubens Ricupero, em seu *A diplomacia na construção do Brasil*, sua época é aquela na qual a negociação e a diplomacia triunfam sobre a guerra. Depois dele, o Itamaraty nunca mais foi o mesmo. Se existe alguém que nossos vizinhos nos invejam, esse alguém é o senhor Paranhos.

O pai da diplomacia brasileira, nascido no Rio de Janeiro em 20 de abril de 1845 e morto na mesma cidade em 10 de fevereiro de 1912, já tinha merecido nesses mais de cem anos um mar

de biografias. Destas, pelo menos duas obras clássicas, a de Álvaro Lins, *Rio Branco – Biografia* (Ed. Alfa Omega), e a de Luís Viana Filho, *A vida do Barão do Rio Branco* (Ed. Unesp). Agora, chega às livrarias *Juca Paranhos: o Barão do Rio Branco* (Companhia das Letras), de Luís Cláudio Villafane G. Santos. Em mais de 500 páginas, Villafane nos conta as aventuras, desventuras, encrencas e vitórias de Júnior, a partir de sua infância, no modorrento Brasil do Segundo Reinado, até suas sucessivas vitórias diplomáticas, já na República.

O futuro Barão nasceu na casa de Paranhos Sênior, o primogênito da família. O pai era um dos mais influentes políticos de seu tempo, embora tivesse nascido em berço modestíssimo, filho (ilegítimo) de um casal de portugueses que vieram ao Novo Mundo pouco antes da família real, fixando-se na Bahia. O segundo filho de Agostinho e Josefa, José Maria pai – um homem de 1,90 m em um mundo de homens de baixa estatura – se destacou não só pelo físico. Nasceu quase pobre, mas tinha qualidades intelectuais, disciplina, inteligência e ambição. Bem cedo, deixou sua Salvador

PRESTIGIADO
HOMEM PÚBLICO,
TEVE SUA EFÍGIE
ESTAMPADA
EM CÉDULAS
DE DINHEIRO.
“UM BARÃO”
VIROU SINÔNIMO
DE VALOR POR
ALGUM TEMPO

Rebento de um dos políticos mais influentes do período, o Barão não seguia o figurino moralista de seu tempo



Fonte: Acervo Museu Paulista (USP)

natal e veio tentar a sorte na capital do jovem Império do Brasil. Conseguiu. No Rio, casou-se e teve filhos. No Rio, tornou-se deputado, senador, ministro (em várias pastas) e, finalmente, primeiro-ministro: o chefe do gabinete Paranhos, que dirigiu o País de 1871 a 1875.

Paranhos pai, o Visconde do Rio Branco, tinha um sonho: construir uma linhagem poderosa – e num lugar onde o respeito à hierarquia e à posição herdada, em que se nascia escravo e pobre e morria quase sempre escravo e sempre muito pobre, ele certamente parecia, contra todas as expectativas, ter obtido sucesso. Pena que seu primogênito era um boêmio inveterado, jovem briguento e não muito estudioso. Jornalista e formado em Direito, parecia destinado ao anonimato tranquilo, na atmosfera apática do Segundo Reinado.

Como todo filho da elite da corte, Juca já tinha tido sua vida traçada. Precisava somente evitar cair em armadilhas da vida. E ele, e o relato de Villafañe nos mostra isso, era um especialista em cair nesse tipo de armadilhas. Apaixou-se por uma belga, corista em um cabaré famoso. Teve vários filhos com ela.

Enfim, o rebento de um dos políticos mais influentes do período não seguia o figurino moralista de seu tempo (e de seu imperador, Dom Pedro II). Embora já tivesse uma carreira política

– deputado por Mato Grosso (onde, aliás, nunca tinha posto os pés), promotor, secretário em uma missão liderada pelo pai –, sua merecida fama de boêmio não ajudava muito. Deram-lhe um posto diplomático menor, cônsul em Liverpool. Mas o Brasil mudava, o regime também, e a Monarquia foi substituída pela República. E a República encontrou Paranhos filho. A República e o acaso.

Em 1891, por causa da morte do diplomata que cuidava do caso, o então presidente Floriano Peixoto fez do quase desconhecido funcionário na Inglaterra o encarregado de resolver, nos Estados Unidos, uma pendência diplomática de delimitação de fronteiras com a Argentina – desde sempre, nossa nêmesis predileta. Paranhos foi, viu e venceu, sem levar nenhuma legião, armado somente com argumentos expressos em um memorial de seis volumes (que ele assinou sozinho, para bronca eterna de outros diplomatas; o Barão era um boêmio bonachão, mas o bigode escondia um homem brilhante, muito ambicioso e determinado). O presidente norte-americano Grover Cleveland, juiz da questão, deu ganho total às pretensões nacionais, para desespero do plenipotenciário argentino, Estanislau Zeballos, seguro em sua verborrágica exposição de mais de 50 volumes. O Barão entrou na briga como cônsul, e saiu de Washington feito um herói republicano (Zeballos, aliás, nunca o perdeu).

BARÃO DO RIO BRANCO ACUMULOU
SUCESSIVAS NEGOCIAÇÕES
FRONTEIRIÇAS A FAVOR DOS
INTERESSES NACIONAIS SEM
DAR SEQUER UM TIRO

Joaquim Nabuco, que também era diplomata, descreveu seu colega e amigo como alguém cujo sucesso vinha da “benignidade de seu tom, na prestabilidade de sua pessoa (...), mas sobretudo na neutralidade de seu espírito, que não chocava a ninguém, na simplicidade de seu gosto...”. Alguém que nasceu para ser um grande diplomata. O maior.

Depois dessa missão inicial, vieram outros problemas nas fronteiras nacionais (país continental, o Brasil tinha muitos problemas com seus vizinhos). Ele as resolveu, quase todas, favorável aos interesses nacionais: a questão do Acre, com a Bolívia e o Peru, resolvida a nosso favor com o Tratado de Petrópolis; o problema no Amapá, com a Grã-Bretanha (nesse caso, perdemos); e uma sucessão de tratados solucionando questões pendentes, todos decididos a favor do Brasil – em 1904, com o Equador; em 1906, com a Holanda, por causa da Guiana (hoje, o Suriname); em 1907, com a Colômbia; duas vezes seguidas com o Peru, em 1904 e 1909; e um tratado com a Argentina, em 1910.

Não contente, o Barão também solucionou satisfatoriamente uma briga com a Alemanha Imperial e mais um problema grave com a Argentina (sempre ela). No meio-tempo, em 1902, tornou-se nosso chanceler (cargo que ocupou até a morte e no qual viu passar quatro presidentes).

À época, era nosso maior homem público, adorado pelo povo, indicado várias vezes para ocupar o posto de presidente da República (que ele sempre recusou). Os brasileiros gostavam tanto dele que, quando morreu, os cariocas enlutados teriam até mesmo suspenso o Carnaval. Sua fama nunca feneceu, diga-se. O Barão teve sua efígie estampada em duas cédulas, a de 5 cruzeiros (que circulou entre 1944 e 1967) e a de mil cruzeiros (usada entre 1978 e 1989). Por causa dessa última, o Barão virou sinônimo de valor – “um barão” valia dinheiro (por algum tempo, até a inflação corroer o valor da nota).

José Maria da Silva Paranhos Júnior nos deixou um país mais seguro e mais moderno. Em tempos nos quais astrólogos influenciam nossa claudicante e errática política exterior, seu exemplo deveria ser um farol. As obras de Villafañe e Ricupero nos ajudam a vislumbrar esse cenário, um momento no qual homens públicos eram capazes, como era capaz Rio Branco, de articular elementos de um determinado problema “num todo coerente e aplicá-los de forma efetiva”, para o bem nacional. Isso é imprescindível. Agora, mais do que nunca.

&

Visitas que educam

As fotos aqui publicadas integram a segunda parte de um ensaio sobre turismo social, também retratado na edição #450 de **Problemas Brasileiros**. Na Comunidade Afro São Roque e Caboclo Tupinambá, instalada no bairro Sítio São João, em Bertioga (SP), acontecem os rituais da sociedade religiosa afro-brasileira Ilê Axé Ijexá Omolu Jagun. Comandada por Pai Maurício e Mãe Conceição, ela preserva o idioma iorubá e as tradições do povo Ijexá, oriundo do Benim, na África.

texto HERBERT CARVALHO | fotos CHRISTIAN PARENTE



Acompanhamos uma excursão organizada pelo Sesc Bertioga dos alunos da Escola Estadual "Professor Archimedes Bava" à periferia da cidade. Participaram também professores e pais dos estudantes

&

P

POLICIAMENTO COMUNITÁRIO E A COPRODUÇÃO DE SEGURANÇA NA CONSTRUÇÃO DE CIDADES MAIS SEGURAS

As cidades têm se tornado cada vez mais protagonistas na gestão da segurança enquanto bem público. Considerando que a segurança, no seu conceito mais amplo, deve ser produzida por um conjunto de atores sociais para melhorar a qualidade de vida nas cidades, são essenciais o desenho e a implantação de políticas públicas que promovam o desenvolvimento social local e oportunidades mais inclusivas, bem como a participação ativa dos cidadãos. E que, acima de tudo, facilitem a aproximação entre as polícias e o cidadão na construção dos mecanismos de segurança.

O município de Lisboa, em Portugal, por meio da Polícia Municipal de Lisboa (PML), vem desenvolvendo nos últimos anos uma estratégia de policiamento comunitário. Esse trabalho é planejado, realizado e avaliado em conjunto com cidadãos e parceiros locais.

A integração da PML a grupos comunitários e a criação de parcerias estratégicas para a segurança – os chamados “grupos de segurança” (que envolvem associações de moradores, pais, comerciantes, escolas, centros de saúde, juntas comerciais, ONGs e serviços municipais) – permitem que o planejamento do policiamento comunitário para um território seja realizado com a contribuição da própria comunidade, seja no diagnóstico dos problemas considerados prioritários, seja na definição do perfil desejável dos agentes de patrulha. Após essa fase de formação e seleção dos agentes policiais, o policiamento comunitário passa a ser operacionalizado mediante quatro áreas-chave: o patrulhamento a pé, as reuniões mensais do grupo de segurança, as ações de sensibilização e a identificação e resolução conjunta de problemas de insegurança no espaço público. Ao serem construídas pela polícia junto com a comunidade, as soluções têm mais sustentabilidade, uma vez que há um sentimento de corresponsabilização na sua efetivação e confere aos envolvidos mais integração ao tecido social.

Para tal, a formação dos agentes das equipes do policiamento comunitário, ao abordar o desenvolvimento de competências interculturais e de resolução de problemas, capacita-os para gerir e prevenir situações de conflito. As ações dos grupos de segurança sob o propósito da promoção dos valores da tolerância, interculturalidade, coesão e inclusão social – além da articulação de parceiros locais na segurança do espaço onde residem ou trabalham – têm sido cruciais no fortalecimento da sensação de pertencimento aos territórios.

Ao incentivar a participação dos cidadãos na sua própria segurança, o policiamento comunitário possibilita também um maior “conhecimento do outro” (entre a polícia e os cidadãos e entre os próprios moradores). Isso permite um contato mais próximo da comunidade com a organização policial, cuja missão e competências de intervenção nem sempre são conhecidas. Por outro lado, os policiais entendem as reais necessidades da comunidade.

Esses projetos contribuem para uma gestão mais eficiente dos recursos das várias entidades envolvidas. Isso porque o conhecimento aprofundado da rede de respostas existentes por cada um dos *stakeholders* contribui para que não ocorra a duplicidade de ações por entidades diferentes, mas uma articulação eficaz que, de forma rápida, identifica e aciona soluções complementares para a resolução e prevenção dos problemas daquele local.

O fato de a PML ser um serviço da Câmara Municipal de Lisboa facilita ainda o encaminhamento das ocorrências, possibilitando a resolução mais rápida dos problemas, já que, durante o patrulhamento diário, os moradores se comunicam com a equipe de policiamento comunitário. Essa dinâmica garante mais celeridade na prestação de serviços, tais como as manutenções de áreas verdes, de iluminação pública e de sinalização de trânsito.

Norteados pela cooperação, o modelo de policiamento comunitário expande, assim, o papel tradicional da polícia, permitindo aos agentes policiais uma atuação mais preventiva e proativa. É um trabalho que tem como filosofia e princípio que a segurança não é exclusiva competência das polícias e que os cidadãos têm algo a contribuir para a segurança local.

&



MÔNICA DINIZ

é socióloga e chefe da divisão do núcleo de prevenção, segurança e relações internacionais da Câmara Municipal de Lisboa

MINISTÉRIO DA CIDADANIA
E BRADESCO SEGUROS APRESENTAM:

TU

LO LOUCAS

DE HELOISA PÉRISSÉ
DIREÇÃO OTAVIO MULLER
ESTRELANDO HELOISA PÉRISSÉ E MARIA CLARA GUEIROS

5.4 a 26.5
sextas, às 21h30; sábados, às 21h;
e domingos, às 18h

GARANTA JÁ O SEU INGRESSO

BILHETERIA – 3ª A DOMINGO
3ªf a 5ªf – 15h às 20h | 6ªf a domingo – 15h
até o início do espetáculo

COMPRAS ONLINE

ingressorapido.com.br

MAIS INFORMAÇÕES

(11) 3254.1631 | (11) 3254.1632
www.fecomercio.com.br

TEATRO RAUL CORTEZ

Estacionamento no local

R. Dr. Plínio Barreto, 285
Bela Vista, São Paulo/SP

COM A QUALICORP VOCÊ

PO:DE

Empregador do Comércio: graças à parceria da Qualicorp com a **FECOMERCIO-SP** e mais de 500 entidades de classe, você pode escolher um plano de saúde ideal para as suas necessidades.

Planos de saúde a partir de R\$ **240¹**



CONFIRA AS VANTAGENS E ESCOLHA SEU PLANO AGORA.

0800 799 3003
qualicorp.com.br/anuncio

 **Qualicorp**
Sempre do seu lado.